

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Celina Arruda Botelho de Campos Andrade

ESCRITURA GENERIFICADA DA PSICANÁLISE
Como a psicanálise pode ser dispositivo para produção de gênero e sexualidade

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SÃO PAULO
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Celina Arruda Botelho de Campos Andrade

ESCRITURA GENERIFICADA DA PSICANÁLISE

Como a psicanálise pode ser dispositivo para produção de gênero e sexualidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, sob orientação do Professor Doutor Pedro Eduardo Silva Ambra.

Parecerista: Professora Doutora Gabriela Gramkow

SÃO PAULO
2022

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

de Campos Andrade, Celina Arruda Botelho

A escritura generificada da psicanálise: como a
psicanálise pode ser dispositivo para produção de
gênero e sexualidade. / Celina Arruda Botelho de
Campos Andrade. -- São Paulo: [s.n.], 2022.
62p. il. ; cm.

Orientador: Pedro Eduardo Silva Ambra.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Graduação em Psicologia: Psicologia Social, 2022.

1. Psicanálise. 2. teoria queer. 3. Paul B.
Preciado. 4. transidentidades. I. Silva Ambra,
Pedro Eduardo . II. Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, Graduação em Psicologia: Psicologia
Social. III. Título.

CDD

AGRADECIMENTOS

A Sete, pelo apoio às desesperanças várias, pelo cuidado de acompanhar tão de perto toda essa experiência, pela fuga e pelo fugo.

A Prais, por ouvir, por ler, por se impor, por compartilhar comigo esse espaço tão sincero e novo.

Aos meus amigos biológicos, por construir comigo tudo que sei e sou hoje, se entusiasmando com tudo que podemos criar.

A Sofia Favero, por ter me mostrado uma Psicologia que vale a pena.

A Helena Vieira, pela didática impecável, pelo saber tão gigante e cuidadoso.

A Cris Andrada, por me inspirar tanto na graduação.

Ao G3 da Estilo, pelo aprendizado de um caos que pulsa numa vivência não necessariamente capturada.

Aos meus amigos do peito que entraram nesse barco comigo, construindo cada um o seu. Fe, João e Bel, no final todes nós finalizamos o trabalho...

Ao meu orientador, Pedro Ambra, que com atenção se manteve comigo nessa construção.

A todes que de coração cruzaram e atravessaram minhas ramificações por aí.

Aos meus contra-agradecimentos arrogantes, que não precisam ter nome e nem importância de citação.

“Mas era como se percorresse, naquela avenida, uma fragmentação; eu estava, tal como Guacira sugere, cambiante.”

(Sofia Favero, *Pajubá-Terapia*, 2020, p. 113)

“Estou procurando e tentando entender o que é que tem em mim que tanto incomoda você?”

(Linn da Quebrada, *Submissa do 7º dia*, álbum Pajubá, 2017)

ESCRITURA GENERIFICADA DA PSICANÁLISE: COMO A PSICANÁLISE PODE SER
DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

7.000.00.00-0 - CIÊNCIAS HUMANAS

7.07.00.00-1 – PSICOLOGIA

ORIENTANDO: CELINA ARRUDA BOTELHO DE CAMPOS ANDRADE

ORIENTADOR: PROF. DR. PEDRO EDUARDO SILVA AMBRA

RESUMO

Esta escrita faz um movimento a fim de contribuir com rachaduras na instituição psicanalítica acerca de uma das questões que nela é solidificada: a cisnormatividade. A partir de uma fundamentação teórica nos estudos de gênero contemporâneos, principalmente nas convocações de Judith Butler e Paul B. Preciado, instrumentalizados por Michel Foucault e Thomas Laqueur, o trabalho tem como objetivo contribuir para a transmutação de um outro discurso sobre o sexo e suas implicações nos corpos do sistema sexo/gênero, sejam estes dissidentes ou não. O trabalho aponta como essa multidão de estudos de gênero pode ser muito potente para a construção de uma nova gramática psicanalítica à altura de seu tempo, utilizando-se de proposições, tanto butlerianas quanto preciadianas, que fragmentam o discurso psicanalítico para pensar em outras semânticas.

Palavras-chave: Psicanálise; Dissidência de Gênero; Transidentidades; Paul B. Preciado; Diferença Sexual.

ABSTRACT

This scripture makes a movement to contribute with cracks in the psychoanalytic institution around one of the questions solidified in it: cisnormativity. From a theoretical standpoint of contemporary gender studies, primarily Judith Butler's and Paul Preciado's convocations, instrumentalized by Michel Foucault and Thomas Laqueur, this work aims to contribute to the transmutation of a discourse about sex and its implications to the bodies in the sex/genre system, dissidents or not. This work points to how this multitude of gender studies can be potent to the construction of a new psychoanalytic grammar that lives up to its time, utilizing propositions, both butlerian and preciadian, that fragment the psychoanalytic discourse in order to think about other semantics.

Keywords: Psychoanalysis; Gender Dissidence; Transidentities; Paul B. Preciado; Sex Difference.

SUMÁRIO

AVISO AO LEITOR E À LEITORA	8
1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Apresentação do tema: tensões frente uma psicanálise cisnormativa. Até quando?	10
2. OBJETIVOS	15
2.1 Objetivo Geral	15
2.2 Objetivos Específicos	15
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
4. QUESTÕES METODOLÓGICAS OU METODOLOGIA CORPORIFICADA	17
5. TECNOGÊNERO	19
5.1 Como psicanálise? Problemática do dogma	19
5.2 Construindo o sexo: Laqueur e Freud	20
5.3 Um uso fragmentado: Butler, Rubin e Freud	30
6. TECNOGÊNERO II	42
6.1 Como psicanálise? Protetizando o dogma	42
6.2 Des-construindo o sexo como órgão: Práticas contrassexuais e Dildotopia	44
6.3 Fragmentação psicanalítica enquanto corpo experimental	52
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	63

LISTA DE FIGURAS

Figura I – O útero e seus vasos	22
Figura II – Órgãos reprodutivos femininos semelhantes ao pênis	22
Figura III – Operação próstético-textual	46
Figura IV – Controle microprotético	55

AVISO AO LEITOR E À LEITORA

Este é um trabalho posicionado. Assim como qualquer outra escritura, pois sabemos que não existe neutralidade. Em tudo há, principalmente em produções de conhecimento, julgamentos, moralidade e jogos de poder. Escrevo junto com minhas vivências, tanto institucionais, quanto as que escapam e acontecem em espaços de fuga. Escrevo a muitas mãos, mãos precisas que existem principalmente fora da instituição psicanalítica. Por mais que seja um trabalho que pulsa em direção à uma psicanálise transmutada, isto é, uma das possíveis tentativas de início de uma produção em que banque fracassos a fim de peneirar potências do campo, ele possui um posicionamento que muitas vezes não é nem levado em consideração por certos leitores, deslocando binariamente o discurso marginalizado enquanto antiquado, demasiadamente militante, ilegítimo ou pouco rigoroso. Escrevo a mãos que também passam e se acionam a partir de mim; estudante, mutante, que experiencio instituições nas quais perambulo – seja graduação, psicanálises, gênero/sexo, família, amigos, etc. – como instituinte. É um aviso póstumo, o realizei quando finalizei meu trabalho, ao ter passado pelas turbulências de escrever um trabalho acadêmico por possíveis brechas. É reflexo de uma tensão que sustentei por um ano, pulsando em meio aos desconfortos, potências, embotamentos, autoridade, diferenças, rigidezes, vontades, criações e impossibilidades. Nem tudo que experienciei adentrando nessa tentativa de pensar a instituição psicanalítica, para além de sua escritura tecida pela diferença sexual, foi bom, confortável, enriquecedor. Como um equilibrista, que de um lado da linha vê o fracasso e suas potências e, do outro, a norma e seus cerceamentos, perambulei: às vezes tendo mais controle e atenção para onde estava pisando, às vezes não. O trabalho sequer começou, eu sei, mas fica o convite, a estes que estão acostumados com um trilhar de um trabalho maniqueísta e taxomaniaco: estejam abertos ao desconforto. O trilhar acadêmico muitas vezes exclui outras epistemologias que tensionam um poder que só existe por estar constantemente se acionando. É um aviso de que o trabalho seguirá num percurso de aposta a outras leituras mundanas, com intuito de ampliar olhares sobre saúde, escuta, fixações culturais e agenciamentos, para afirmar outras montagens.

Enfim, volto a dizer: este aviso não precisaria ter sido redigido se fosse um trabalho alinhado à dominância epistemológica e teórica da Academia e da instituição psicanalítica, se não fosse um trabalho em disputa, se reverenciasse o espaço já conhecido e reproduzido. Ou seja: se a constante invisibilidade não tivesse sido colocada do começo ao final da experiência

de tecer este trabalho de conclusão de curso. É um aviso pois este não é um trabalho impossível, por mais que pareceu ser durante seu entrelaçamento, é um trabalho impossibilitado. E, como um contrato de compromisso, está aqui para situá-los e situá-las dentro da plasticidade enquanto postura ativa dessa leitura/escuta.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema: tensões frente uma psicanálise cisnormativa. Até quando?

Prezadas senhoras, prezados senhores da Escola de Psicanalistas da França, senhoras e senhores da Escola da Causa freudiana, e não sei se vale a pena que eu também diga “boa tarde” a todos aqueles que não são nem senhoras nem senhores, porque acredito que não haja entre vocês alguém que tenha renunciado legal e publicamente à diferença sexual e que tenha sido aceito como psicanalista efetivo depois de ter conseguido fazer o passe e ser aprovado — falo, aqui, de um psicanalista trans ou não binário que tenha sido admitido entre vocês. Se existe, permitam-me enviar a esse mutante, desde já, o mais caloroso dos cumprimentos. (PRECIADO, 2019).

Este trecho, traduzido por Camila Quinteiro Kushnir, da revista *Lacuna*¹ foi retirado do discurso de Paul B. Preciado, realizado após ser convidado para falar na jornada internacional da *Escola da Causa Freudiana* sobre o tema “Mulheres em psicanálise”, em 2019. Na época, diversos psicanalistas escreveram textos acerca do ocorrido devido ao tumulto causado pela fala.

Em uma das respostas, Denise Maurano (2019) escreve a Preciado que “todos somos Pedro Vermelho”, referência aqui à personagem de Franz Kafka (1917) que o convidado utiliza ao ilustrar sua experiência enquanto corpo dissidente do sistema de gênero: um processo de humanização colonial europeu que taxonomiza maneiras de existências. Preciado aponta a psicanálise como um dispositivo de poder e de criação de discursos que não comportam corpos que diferem da diferença sexual binária. Em suas palavras:

Eu, como um corpo trans, como um corpo não binário, ao qual nem a medicina, nem a lei, nem a psicanálise, nem a psiquiatria reconhecem o direito de falar com conhecimento especializado sobre minha própria condição, nem a possibilidade de produzir um discurso ou uma forma de conhecimento sobre mim mesmo, aprendi, como Pedro Vermelho, a língua de Freud e Lacan, a língua do patriarcado colonial, a sua língua, e estou aqui para falar com vocês. (PRECIADO, 2019).

Maurano, ao afirmar que *todos somos Pedro Vermelho* remete à noção de que qualquer discurso ou conhecimento fechado em si já é, em alguma medida, obsoleto e excludente — justamente o ponto de crítica do mutante. O que Preciado nos informa é a emergência de uma nova gramática psicanalítica que comporte novas possibilidades, não como um tipo de

¹ PRECIADO, Paul. Conferência | Um apartamento em Urano: Intervenção realizada em sessão plenária, no dia 17 de novembro de 2019, às 15h45, no âmbito da 49ª Jornada da Escola da Causa Freudiana: “Mulheres na psicanálise”. Traduzido por Camila Quinteiro Kushnir e Paulo Sérgio de Souza Jr. Paulo *Revista Lacuna*, n. 8, dez. 2019. Disponível em: <<https://revistalacuna.com/2019/12/08/n-8-12/>>. Acesso em: 06 de set. de 2021.

nicho/ferramenta nova a ser estudada, mas sim como uma barreira que precisa urgentemente ser desmantelada e destituída. Seu tom, ao longo de sua fala, ainda que ácido em relação à uma psicanálise normativa fechada em si mesma, foi convidativo para pensarmos criticamente, enquanto estudantes, produtores de conhecimento e clínicos, uma nova transmissão de pesquisa.

Outra resposta que quero trazer para o debate é a de Tânia Rivera (2019). Ela já começa sua réplica considerando, assim como Maurano, que, a seu ver, a extensão teórica de Jacques Lacan e Sigmund Freud, na verdade, já abarcam respostas para os apontamentos feitos por Preciado. Em suas palavras iniciais:

Em vez de se traduzirem necessariamente em falocentrismo e normatização, não apontariam as teorias freudiana e lacaniana – especialmente com a questão da feminilidade ou da mulher – também a possibilidade de estratégias de subversão da lógica fálica? (RIVERA, 2019).

Do mesmo modo que critico a primeira resposta, critico essa, e muitas outras. Concordo com Lea Silveira e Alexandra Martins Parente (2019), autoras que se esforçaram em enxergar a relevância do que foi apresentado e em afirmar o estatuto de *mutante* que Preciado clama, quando dizem que não se preocupar em rever, de fato, o repertório psicanalítico é perder uma oportunidade valiosa, “pois colher a verdade que porta um discurso implica estar aberto aos efeitos que ele promove, por mais incômodos que estes possam ser” (SILVEIRA e PARENTE, 2019).

Fazer uma pesquisa teórica em psicanálise, dentro da graduação e sem ser a partir de um caso clínico, como Garcia-Roza (1991) já nos informa, não é uma execução de um trabalho transitivo e puramente epistemológico; ao pesquisador consiste também um ato de criar, de passar de limites, de ir além. A transmissão da pesquisa está em analisar criticamente conceitos, leis, princípios, fundamentos e, principalmente, não se limitar às condições de possibilidades. Em suas palavras: “É exatamente essa possibilidade de mobilizar a bruxa, que faz com que o pesquisador possa ser um criador e não apenas um mero repetidor [...]” (GARCIA-ROZA, 1991, p. 14). Qualquer leitura já é, em si, uma tradução e já tem um olhar e um ato que é seu. O que proponho aqui, como alguém de dentro de um campo minado científico, é agitar o que antes parecia imóvel, traduzir algo que muitos evitam pescar: a psicanálise é, sim, um dispositivo de produzir e reproduzir discursos binários, na medida em que, dentro da teorização de Freud e Lacan, há a naturalização da diferença sexual. Porém, ela está inscrita em uma historicidade, isto é, trata-se de construções sociais, categorias históricas submetidas às forças econômicas, políticas e tecnológicas de um tempo, que então, justamente

por isso, também podem potencialmente se modificar. Além disso, como veremos ao longo do trabalho, pensar a psicanálise de uma forma propositiva, ao invés de medir seu caráter normativo de uma forma dicotômica com fáceis saídas, me parece o caminho para começar a repensar essa gramática e, através de uma lente social historicizada, sua epistemologia.

Justamente por conta disso, já aqui ressalto a trilha experimental que a pesquisa pretende (des)caminhar a partir deste ponto(.) Para além do uso de pronomes neutros às referências utilizadas que se identificam enquanto não-binários, ao falar de psicanálise e de sua criação constante, como já mencionada por Garcia-Roza, estamos imersos na política da linguagem, e nela não se deve, portanto, restringir-se aos livros, à literatura, mas sim ser praticada em todos os lugares. Brincar com as palavras, fazer rodar novos vocabulários é indispensável para outras saídas, para expansões, e cri(ações). Nesse sentido, por exemplo, a troca de pronomes femininos, masculinos ou neutros ao longo do texto será tecida em um jogar no qual a concordância nominal irá tanger não apenas a posição de enunciação dentro de um contexto comunicativo ortodoxo – muitas vezes normativo –, mas principalmente um espaço de criação político, de resistência sexopolítica, de morfologia trans, e de produção de um discurso contra o regime de regulação heterociscentrado. Além disso, o uso pouco usual da primeira pessoa do singular, e não a do plural, será utilizado em momentos específicos e estratégicos.

Porque há tanta resistência em modificar uma psicanálise que em nenhum momento se declarou completa? Sabendo que é contraditória, por que não engavetar textos, por exemplo, biologizantes? Por que não pensar em uma psicanálise para além do Complexo de Édipo, vide as demandas decoloniais dessa instituição? Por que não desengavetar, ou tomar como pontos de partida, discursos dissidentes que já existem? Epistemologias outras, que já foram etnografadas? É preciso reconhecer que Freud e Lacan eram indivíduos dentro de um momento histórico e, portanto, dentro de uma epistemologia heterocisnormativa industrial e que a psicanálise pode vir a existir muito além de conhecimentos já escritos. Assim como na clínica, cujo encontro é um berço de pesquisa e um movimento de criação, por que é tão complexo atualizar e autorizar uma teoria que é, indubitavelmente, transpassada pela lente social e pelo contexto em que se insere?

Pode-se observar movimentos análogos ao que pretendo realizar neste trabalho na questão da patologização da homossexualidade, já em pouca medida reformulada, tanto na clínica quanto nas instituições psicanalíticas. Paralelamente, noções de “intersexualidade” e “transexualidade” aparecem como novas patologias para as quais há remédios, laudos e validações médico-jurídicas necessárias para um reconhecimento que, atualmente, mais se

assemelha a uma vigilância. Deve-se pontuar que, se a transexualidade não é uma patologia, então a mudança de sexo ou negação de gênero não deveriam ter tratamento ou cura – aqui entra, também, o debate acerca das cirurgias, incluindo as “precoces”. Persiste ainda a institucionalização sistemática de corpos que transcendem o sistema binário de gênero (“homem”/“mulher”, “homo”/“hétero”). E é insuficiente apenas adequar certas demandas sociais dentro de um discurso e não, de fato, revisitar e modificar a gramática/discurso através da qual é pautada a exclusão de corpos dissidentes. É imprescindível, ao final do trabalho, expandir um entendimento sobre o que estamos acostumados a pensar sobre essas questões, saber que discursos habitam corpos, em seus órgãos, em seus pensamentos. Significantes não são categorias transparentes ou vazios, e sim sexopolíticos. Deve-se ter essa compreensão ao final da pesquisa, e é para essa necessidade de revolução epistemológica que Preciado está nos convocando.

A certeza de ser homem ou mulher é uma bioficção somatopolítica produzida por um conjunto de tecnologias do corpo, técnicas farmacológicas e audiovisuais que determinam e definem o alcance das nossas potencialidades somáticas e funcionam como próteses de subjetivação. O gênero é um programa operacional capaz de desencadear uma proliferação de percepções sensoriais sob a forma de afetos, desejos, ações, crenças e identidades [...]. Podemos chamar de “programação de gênero” um modelo neoliberal psicopolítico da subjetividade que potencializa a produção de sujeitos que pensam a si mesmos e agem como corpos individuais. (PRECIADO, 2018, p. 127).

Meu intuito, aqui, não é apenas passar por essas críticas e adequá-las ao pensamento de Freud e Lacan, como se fossem facilmente assimiláveis a uma teoria já finalizada. Como avisei, escrevo a muitas mãos. Ao passar pelas problematizações feitas por autores aqui escolhidos, o objetivo do trabalho está em entender e atribuir à Psicanálise possíveis fracassos, para, ao invés de uma resistência despotencializada, escapar de/por/a certos limites supostamente barrados e viabilizar revisões mais radicais e complexas de seu poder cisnormativo, para pensar nas possibilidades que existem nas diferenças. Sendo assim, como um impulso químico, surge a pergunta que nos norteará inicialmente: como a psicanálise pode ser dispositivo de generificação de sujeitos e que outras possibilidades gramaticais dessa ciência precisam emergir?

Terei um caráter ético que é atravessado por uma quase desobediência epistêmica, que não tirará o rigor dos conceitos que serão estudados, para que se possam então, como já falado, emergir novas colisões. Citando novamente a fala de Preciado já referida:

Vocês [psicanalistas] não podem — já, já termino... —, vocês não podem recorrer toda santa vez aos textos de Freud e de Lacan como se eles tivessem um valor universal, não situado historicamente; como se esses textos não tivessem sido escritos no interior dessa epistemologia patriarcal da diferença sexual. (PRECIADO, 2019).

Luce Irigaray (1984) afirma que cada época tem sua questão a ser pensada e que a questão do nosso tempo é a da diferença sexual. É possível ter uma psicanálise sustentada por essa premissa que não seja patologizante e estigmatizante? Que corpo/subjetividade a psicanálise produz? Ela produz sujeitos? Quais pode produzir? Como ela pode servir de dispositivo científico gerador de uma heterossexualidade cisnormativa? É possível se utilizar desse dispositivo para produzir novas formas de subjetividade? Qual a gravidade e a importância de toda essa discussão? A urgência está posta, transicionar é preciso.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Situar a epistemologia na qual a sexualidade psicanalítica está inserida para compreender a reflexão convocada por Judith Butler e Paul B. Preciado à psicanálise.

2.2 Objetivos Específicos

Interrogar a naturalização da diferença sexual, as evidências anatômicas e a instituição Sexo a partir da história.

A partir dos estudos queer, discutir a relação entre política e psicanálise.

Verificar até onde é possível tensionar a epistemologia psicanalítica para avanços gramaticais não generificados.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico desta pesquisa é a epistemologia foucaultiana e os estudos de gênero contemporâneos escolhidos, advindos da filosofia, da sociologia e da antropologia. Por essa lente, principalmente construída por Paul B. Preciado, Judith Butler e seus aliados teóricos, serão aplicados alguns conceitos da teoria psicanalítica freudiana, aparecendo também conceitos lacanianos, com a finalidade de contextualizar a psicanálise historicamente e, desse modo, introduzir possíveis atualizações importantes a respeito da naturalização da noção da diferença sexual.

4. QUESTÕES METODOLÓGICAS OU METODOLOGIA CORPORIFICADA

Trata-se de um trabalho de pesquisa em psicanálise que, como já explicitado na introdução, difere-se daquele de um epistemólogo ou um comentarista, visto a ativa tradução do que está posto para produzir algo novo, indo além dos limites já postos na teoria fundante (GARCIA ROZA, 1991); a pesquisa expositiva consiste em se voltar ao que já existe para a produção de novos significantes. Ao mesmo tempo, utilizarei como recorte metodológico as dissidências de gênero e estudos que se localizam de forma tangencial às psicanálises. Minha postura enquanto pesquisadore, estudante, e não-binário terá um horizonte de compreensão da polimorfia fragmentária, a partir de meu corpo frente aos estudos de gênero contemporâneos, me colocando, num primeiro olhar, numa posição de desobediência epistemológica. Mantendo a rigorosidade nos conceitos que serão revisitados e comentados, espero transparecer a relevância do que está sendo posto em xeque. Neste trabalho, tomaremos o gênero enquanto político, histórico e social, que atravessa (e cria) as diversas instituições presentes atualmente. A psicanálise, enquanto instituição, também compõe esse cenário. Parte-se da concepção de gênero não como efeito de um sistema fechado de poder, nem como uma ideia que recai sobre matéria passiva, “mas [como] o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (da medicina à representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais” (PRECIADO, 2011 p. 14).

É ilusório um fechamento confortável entre esses dois campos, por mais que, como se discutirá ao longo do trabalho, os estudos queer, desde os seus primórdios, já colocam a Psicanálise dentro do debate. Além disso, se admitirmos que, ao falar de gênero em psicanálise – isto é, autores psicanalistas que abordam essas questões –, sempre há um diálogo, às vezes implícito, com perspectivas médicas, por que não transpassar esses estudos para perspectivas mais atuais e fluidas acerca da Sexualidade? Pretendo tensionar enquanto instituinte o abismo que floresce neste encontro. E, com isso, contribuir para discursos e ações futuras que repensem a psicanálise, buscando enterrar sempre que explicitado seu estatuto colonizado cisheteronormativo. Realizar um trabalho buscando possibilidades que possam advir do fracasso é algo que não possui uma estrutura que preexista ao percurso. Não sei onde chegaremos, é uma pesquisa intencionalmente inconclusa e infinda, mas, se com essa minha pequena fração de estudos, esse rio de conhecimentos acerca da diferença sexual se tumultuar, sinto que marquei nossa travessia.

Outro ponto relevante a ser colocado em minhas questões metodológicas é a de que vivemos sempre em defasagem em relação à atualidade de nossas experiências. Somos íntimos dessa incessante desmontagem de territórios (ROLNIK, 1996, p. 12). E, justamente por isso, o conforto e a ancoragem não são caminhos que serão procurados. Nenhum trabalho de pesquisa possui absoluta unidade, principalmente se tratando de uma fração de escrita burocrática para concluir um curso. Infelizmente, há sempre mais – ainda bem!

Concordo com Donna Haraway, em seu texto *Saberes Localizados*, quando diz que

[...] a ciência é um texto contestável e um campo de poder; o conteúdo é a forma. Ponto. A forma na ciência é retórica artefactual-social de fabricar o mundo através de objetos efetivos [...] são traços momentâneos focalizados por campos de força, ou são vetores de informação numa semiose mal corporificada e altamente fugaz, ordenada por atos de reconhecimento e de mau conhecimento. (HARAWAY, 1995, p. 11).

A ideia de se debruçar sobre discursos, sobre um saber, uma ciência, é também se perceber numa fila grande de intenções e direcionamentos que, dentro desses espaços, são simultâneas e não se encaixam. Há muitos embates e conflitos dentro de uma verdade, justamente por sua não materialidade natural, seus contextos diversos e suas posições de enunciação. Conhecimentos não derivam do vazio. Essas diferenças, porém, não são necessariamente problemáticas, apenas quando expressamente se observa a presença de uma violência sistemática, a partir de uma semiologia e repetição fadada a se perpetuar que coincide com a norma social, que exclui ou reforça. É disso que se trata quando há uma convocação minoritária, como a convocação dos mutantes à instituição psicanalítica para transmutar a base da diferença sexual para uma outra qualquer, múltipla e variável. Essa multidão de dedos y dildos com a qual teço esse trabalho, ao contrário de uma imersão em alinhamento, procura conectar-se com o que vem sendo produzido a respeito dessas convocações, num tom de ação e combate. Fortalecer essas novas redes. Não se trata de salvar a psicanálise quando uma materialidade anti-queer se faz presente em corpos do sistema sexo/gênero/desejo. Trata-se de pensar estratégias, apontar cerceamentos e bancar fracassos para novas cartografias psicanalíticas começarem a se apresentar e estas, sim, serem reiteradas.

5. TECNOGÊNERO

5.1 Como psicanálise? Problemática do dogma

Para início de trabalho, trago a urgência de entendermos o quão perigoso e violento são as atitudes de algumas entidades psicanalíticas a respeito de sujeitos que superam a dicotomia anatomia e gênero. Mesmo que indiretamente, a exaustiva discussão dentro da psicanálise sobre gênero e transexualidade muitas vezes esquece que a escuta é o revolucionário dentro da teoria freudiana e lacaniana. São inúmeras falas e, na maioria delas, o ato de escutar é sempre posto de lado, criando discussões metapsicológicas de sujeitos, eliminando qualquer tipo de autonomia, apagando espaços de acolhimento e produções criativas de discurso. Como uma prescrição de como ser, o suposto saber acerca de toda uma população heterogênea que transcende o sistema sexo-gênero – suposto esse advindo de formulações dentro um contexto histórico banhado na psiquiatria e na literatura médica –, parece não conseguir escutar os próprios sujeitos aos quais estão se referindo. As lutas sociais, estrategicamente identitárias, nos informam da infantilização do discurso até então feito sobre, por exemplo, es transidentidades.

Suas demandas estão aqui escancaradas para gritar o quão problemático é um discurso que se apropria de um sujeito e de um corpo, patologizando e estigmatizando toda uma multidão de identidades. Como se esse saber não coubesse a eles, e sim a algo arbitrário construído com a psiquiatria, a medicina, a sexologia e todas as relações de poder de um tempo, datado da metade do século XIX até meados do século XX.

A fúria em que me baseio não está relacionada ao sentimento em si, embora ele esteja circulando em alguma medida. Formular mensagens furiosas diz respeito a confrontar um saber benevolente, a produção de uma ciência cisgênera que visa nosso bem-estar sem nos consultar se ele nos serve. (FAVERO, 2020, p. 36).

O desafio da psicanálise é justamente o de aprender com essas novas formas de subjetivações, identidades e não-identidades de gênero, a como escutá-las de forma singular, para além de uma hegemonia normativa social e cultural da binaridade dos sexos.

A leitura da abundante literatura psicanalítica sobre transexualismo revela uma indignação deplorável na criatividade teórica e uma preocupante surdez clínica. (AYOUC, 2015, p.6).

Thamy Ayouch nos lembra disso em seu artigo “Quem tem medo dos saberes T.?”, publicado em 2016, no qual sugere a inversão trans, isto é: são as transidentidades que têm algo a nos dizer sobre a psicanálise e a postura de alguns psicanalistas, e não o inverso.

A inversão consiste em perguntar, antes, o que essas identificações e sua nova visibilidade e empoderamento vêm revelar do funcionamento de um tipo de discurso psicanalítico, da sua essencialização e das suas metas de poder. (AYOUC, 2016 p. 2).

É uma postura ativa, de fora para dentro, que psicanalistas devem ter frente a uma psicanálise cristalizada em sua epistemologia, datada na diferença sexual enquanto dispositivo de sexuação, demarcando sujeitos ditos “normais” e anormais” a partir de um valor biológico demasiadamente grande. Ou, pelo menos, situada *em consideração*², para enxergar pontos cruciais no debate de gênero frente às psicanálises. Hoje, pessoas dissidentes do sistema sexo-gênero-desejo se reconhecem enquanto tais e não estão mais numa passividade outorgada por um Outro, por uma patologia ou um estigma. Há novas configurações de narrativas, uma outra lente de enunciação de um sujeito talvez não mais universal, ou pelo menos um sujeito epistêmico não fechado em si mesmo. Essas pessoas estão tomando a palavra, construindo discursos outros que interrogam a colonialidade do saber.

A doutrina da biologia aqui não é tão mais importante; transmutou-se. Novas formas singulares de subjetivação (não essencializada enquanto verdade psicológica) estão em jogo, desestabilizando uma dita “ordem”. E muitas vezes colocadas como “disruptivas” ou “radicais demais” e então expurgadas da discussão. Por isso, este primeiro capítulo tecerá essas novas concepções, advindas de outra epistemologia. O que nos ensina esse hibridismo acerca da produção de gênero e sexualidade?

5.2 Construindo o sexo: Laqueur e Freud

Entender que o corpo é em si mesmo uma construção constante, possuidor de multidões de ferramentas técnicas e tecnogenerificado é o objetivo deste segmento; um corpo não possui existência significável anterior à marca de interpelações, sendo portanto continuamente alterado pela cultura. Um ser é sempre constituído também socialmente, e a

² “Na língua dos áugures, *considerare* significava ‘observar os astros’ e posteriormente “cogitar, pensar atentamente”, donde a palavra considerar em português.” Considerar é estar acima, fora de uma dinâmica/situação, para, assim, ver a partir da lente estrelar, conseguir observar de fora. Disponível em: <<https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Historia-das-palavras.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

difficuldade e a sutileza dessas problematizações se revelam justamente quando o campo social hegemônico sobrepõe-se como único modo de socialização de um sujeito, como é o caso, por exemplo, da cisgeneridade.

Em outras palavras, o nascimento e a atribuição do sexo parecem estar ligadas enquanto uma linha de base prescritiva, que implica uma delimitação de nossos órgãos e suas respectivas funções enquanto linguagem, tecnologias e vivências, nas quais algumas são reiteradas e outras constrangidas.

Thomas Laqueur, historiador, médico e sexólogo estadunidense, em sua obra *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* (1990), faz um trabalho de repensar a criação e a produção do sexo pela medicina, isto é, da diferença sexual enquanto dogma. Trata-se de uma genealogia importante para iniciar toda essa jornada. Em suas palavras iniciais:

Parece perfeitamente óbvio que a biologia defina os sexos - o que mais sexo poderia significar? Assim, os historiadores não teriam muito mais a dizer sobre o assunto. Ter ou não ter um pênis diz tudo em quase todas as circunstâncias, e as outras diferenças podem ser acrescentadas à vontade: as mulheres menstruam e amamentam, os homens não. [...]. Eu não discordo de nenhum desses fatos, mas se insistirmos um pouco, podemos ver que eles não são tão conclusivos como se pensa [...]. Não há qualquer conhecimento específico da diferença sexual em termos históricos a partir de fatos indiscutíveis sobre os corpos. (LAQUEUR, 1990, p. 8).

O ensaio segue desconstruindo, a partir da história do Ocidente, o vocabulário para falar de anatomia e sexo, que mudou abruptamente ao final do Iluminismo, saindo do modelo de sexo único MSU (o homem), admitido desde a antiguidade clássica, para o modelo metafísico de dois corpos estáveis e opostos MDS: o feminino e o masculino. Nessa primeira concepção sobre o sexo, a diferença pautava-se numa verticalidade hierárquica a partir da diferença de calor, que, dependendo da quantidade atribuída, moldaria um corpo com órgãos reprodutivos exteriorizados ou que permanecessem internos. Os órgãos reprodutivos eram vistos como iguais, tanto os ovários quanto os testículos eram chamados de “testículos”, havendo, dessa forma, só um corpo, como se observa nas figuras a seguir:

Renascimento e o Iluminismo, que esse modelo de sexo único se desfaz; quebrou-se essa concepção vertical e produziu-se uma cisão. Havia então dois corpos, um feminino e um masculino, fabricados a partir de uma biologia situada³, agora irredutível à natureza e a ela incomensurável. A linguagem da biologia deu a essa (nossa) história uma autoridade retórica. De acordo com o autor,

[...] o paradoxo do modelo de sexo único é que os pares de oposições ordenadas opunham-se a uma carne única que não era inerente a eles próprios. Paternidade/maternidade, macho/fêmea, homem/mulher, cultura/natureza, masculino/feminino, digno/indigno, legítimo/ilegítimo, quente/frio, direito/esquerdo, e vários outros pares eram vistos em um corpo que em si não fazia essas distinções com nitidez. A ordem e a hierarquia lhe eram impostas de fora. O corpo de sexo único, por ser interpretado como ilustrativo e não como determinante. (LAQUEUR 1990, p. 75).

A determinação de uma diferença sexual veio a partir do final do século XVIII; ou seja, sexo é também um fato sócio-cultural de pluricausalidades, cuja fabricação não é determinada por um único fator, e sim por uma interseccionalidade de situações sociais. Isso é bastante significativo, pois, além de Laqueur documentar essa ideia do sexo-situacional, aparecem também outras captações sociais como raça e classe, que são atreladas às concepções calóricas para uma diferenciação de gênero, demasiadamente importantes e que também merecem atenção:

O problema de excesso de calor nas mulheres fazia também parte de qualquer diagnóstico diferencial das causas de infertilidade. Desejo excessivo, cabelo escuro, enrolado e em excesso (no homem o cabelo era sinal de virilidade, de bravura e do calor vital que surgia na adolescência e os distinguia das mulheres), pouca ou nenhuma menstruação (o corpo quente queimava os materiais em excesso que as mulheres normais eliminavam na menstruação mensal), e assim por diante, indicavam um problema de calor excessivo que poderia queimar a semente. Drogas refrescantes eram prescritas para essas situações. (LAQUEUR, 1990, p.125).

No terceiro capítulo da obra, também é possível observar que as diferenciações de gênero precederam as diferenciações do sexo. Essas dinâmicas generificadas ficam elucidadas quando o historiador aponta a economia calórica do genital, indiferenciada em termos de sexo, mas que possuía uma regulação em termos de gênero, isto é, um arranjo econômico calórico para atingir certo valor para os homens e certo valor para as mulheres. Essas diretrizes não eram guiadas pela matriz da diferença sexual, este corpo/esta genital, sendo

³ Termo usado a partir de Donna Haraway (1995), em *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Conhecimentos não partem do vazio e são sempre gerados a partir de algo/alguém/situações.

pouco estabelecido por essas categorias que hoje chamamos de identidades “femininas” ou “masculinas”.

O ponto trazido, o qual será utilizado ao longo do trabalho, é justamente esse limiar entre as categorias biológicas – poroso e multiforme: “a fronteira entre um Cristo lactante mais maternal e mais feminino nas imagens religiosas, e de homens com leite na etnografia prosaica e nos relatórios clínicos não é nada clara” (LAQUEUR, 1990, p. 129). O reconhecimento do corpo enquanto feminino ou masculino pertence a um regime de verdade histórica e socialmente tecido e, portanto, arbitrário e questionável.

A natureza da diferença sexual não é suscetível a exames empíricos. É logicamente independente de fatos biológicos pois, já impregnada na linguagem da ciência, pelo menos quando aplicada a alguma construção culturalmente ressonante de diferença sexual, está a linguagem do gênero [...]. Apesar da nova condição epistemológica da natureza como base sólida de distinções, e apesar da acumulação de fatos sobre sexo, a diferença sexual dos séculos pós-revolução científica não ficou mais estável do que era [no modelo sexo-único]. (LAQUEUR, 1990, p. 188).

Nos capítulos quatro e cinco da obra, Laqueur aponta que uma das grandes modificações trazidas pelo Iluminismo enquanto estratégia política é pensar as hierarquias sociais como reproduções de uma hierarquia da natureza. O autor se refere às diversas correntes intelectuais da época, responsáveis pela transformação de um certo tipo de conhecimento em científico, e à sua estratégia política, estabelecendo um dispositivo político de discursos e práticas para o agenciamento dos sujeitos e a institucionalização de normas. Pela “Revolução Científica” – baconianismo, mecanicismo cartesiano, epistemologia empírica, síntese newtoniana –, foi radicalmente abandonada a epistemologia de compreender o corpo a partir do microcosmo e portanto, neste caso, do isomorfismo anatômico entre homem e mulher. Um exemplo para demonstrar a transmutação da matriz da linguagem usada até então é o do termo “geração”, antes usado na repetição trivial do ato divino da criação com calor e luz, que foi substituído pelo termo “reprodução”, com conotações menos milagrosas e mais mecânicas, paralelo à cultura do “processo civilizatório”, regido pela latência de organização corpórea dos indivíduos do contexto político da época, de industrialização, que buscava marcar mais fundamentalmente posições sociais.

A biologia podia explicar a condição diferencial diante da "igualdade natural" - desenvolveu-se ao mesmo tempo e em resposta aos mesmos tipos de pressões que o sexo científico. Afirmações de que os negros têm nervos mais fortes e mais grossos que os europeus porque têm o cérebro menor, e que isso explica a inferioridade de sua cultura, são paralelas às alegações de que o útero predispõe naturalmente a mulher à domesticidade. (*Ibid.* p. 194).

Michel Foucault, em *A História da Sexualidade* (1976), nos ajuda a compreender esse tumulto político que está acontecendo a partir do Iluminismo. Sua tese é a de que a produção de novos tipos de poder estariam em jogo para a construção dos estados nações agora representacionais, jurídicos e estatais, e não mais, por exemplo, monárquicos absolutistas, como na Revolução Francesa de 1789. Nisso, novas subjetividades estão sendo produzidas dentro dessa quebra de regime, e, para ambos, Foucault e Laqueur, aparatos novos foram fabricados para conformar essas novas subjetividades, que imprecindivelmente passam por um dispositivo de domesticação e captura do sexo. Há, em suas palavras, uma exigência de falar sobre “sexo” pelo aparato do Estado e, portanto, da ciência (FOUCAULT, 1976, p. 39), apontando esse saber como uma “fábula indispensável à economia infinitamente proliferante do discurso sobre o sexo.”

Para Laqueur, há uma complexa construção estética da diferença sexual (e racial) que vai além da observação e do progresso científico. Um ponto importante para nosso debate, trazido até aqui por essa genealogia, é justamente o fato de que todas as ilustrações anatômicas, históricas e contemporâneas, apresentadas no livro, são abstrações, isto é, mapas de uma realidade surpreendente e infinitamente variada (LAQUEUR, 1990, p. 204). Em outras palavras, são produções que respondem à sua própria época, artefatos construídos a partir de um ponto de vista, excluindo ou incluindo o que funciona, e implicados no contexto simbólico específico. Assim, o modelo de dois sexos não era axioma do novo conhecimento sobre o corpo e suas funções, e sim algo fabricado através dos inúmeros confrontos com o poder na esfera política pública e privada em questão.

A ciência anatômica era em si a arena onde a representação da diferença sexual lutava por ascendência. [...]. A idéia de que somente o avanço científico, a pura descoberta anatômica, explicaria o extraordinário interesse, no final do século XVIII e ao longo do século XIX, pelo dimorfismo sexual não é apenas empiricamente errada - é filosoficamente mal orientada. (*Ibid.*, p. 207).

No sexto e último capítulo da obra, “O sexo socializado”, Laqueur aprofunda ainda mais essa última questão acerca do modelo de dois sexos, sobre construções situacionadas. Em primeiro lugar, o autor retoma o fato de que não foi apenas a descoberta do óvulo ou ovário que fez com que o MDS fosse bem estabelecido e essa diferença produzida como majoritária em relação às outras. Ademais, Laqueur aponta como essa diferenciação foi decisiva para debates acerca do não voto de mulheres na Constituição dos Estados Unidos ou da França, justamente pela forte edificação do corpo feminino (ovulação e processo de

menstruação). A mulher não podia ocupar espaços públicos, pois era tomada por esses “processos doloridos e demandantes” todo mês e, por isso, era incapaz de produzir, deslocando a figura da mulher para a esfera privada, reprodutiva. No pós Revolução Francesa, com a outorgada posição de qual sexo poderia constituir uma função cívica, movimentos feministas da recém burguesia começaram a surgir, também redutíveis ao discurso da biologia, fomentando ainda mais esse campo incomensurável do sexo.

As características sociais da mulher pareciam escritas em sangue e coágulos, e os ardores cíclicos mal contidos pela cultura. Os trabalhos silenciosos de um órgão minúsculo pesando em média sete gramas nos seres humanos, com dois a quatro centímetros de comprimento, e a inchação e subsequente ruptura dos folículos dentro dele vieram a representar o que era ser uma mulher. (LAQUEUR, 1990, p. 260).

No que tange a ideia de artefato e abstrações de relações de gênero, Laqueur passa por essas diversas mudanças até aqui discutidas, do gênero para o sexo, do comportamento para o corpo, da moralidade para a menstruação. Se antes essas metáforas se referiam a uma desigualdade vertical, agora se fabricou uma diferença que coloca a “mulher” como figura presa ao seu sistema reprodutivo. E, nesse sentido, esse sistema reprodutivo acaba produzindo também metáforas e abstrações acerca do que se entende como gênero. Os “homens” teriam uma significação que passa pela agressividade, pela abertura e pela simplicidade, como o gozo (expelir o sêmem no papel reprodutivo), enquanto as “mulheres” seriam marcadas pela nebulosidade e pelo mistério (como o próprio processo de ovulação).

A obra termina com uma breve reflexão acerca da importância cultural da teoria freudiana dentro dessa disputa entre o MSU e o MDS. Aponta-se justamente a contradição dentro da obra freudiana; uma mistura da posição ocupada na lógica do modelo de sexo único, vertical e hierárquico, junto com a da diferenciação em dois sexos, opostos e complementares. Laqueur parte do discurso de Freud sobre “como a sexualidade clitoridiana das jovens dá lugar à sexualidade vaginal das mulheres maduras” (LAQUEUR, 1990, p. 278). Em suas palavras:

Por um lado, Freud é um homem do Iluminismo, herdeiro de seu modelo de diferença sexual. Anatomia é destino, disse ele; a vagina é o oposto do pênis, uma marca anatômica da falta de uma coisa na mulher que o homem tem. A heterossexualidade é o estado natural da arquitetura de dois sexos opostos incomensuráveis. Mas Freud, mais que qualquer outro pensador, também se afasta do modelo. A libido desconhece o sexo. O clitóris é uma versão do órgão masculino – por que não o oposto? – e somente postulando uma espécie de histeria feminina generalizada, uma doença na qual a cultura assume o papel causal dos órgãos, é que Freud explica como o clitóris supostamente abre mão do seu papel na vida sexual da

mulher em favor de um "órgão oposto", a vagina. Isso, em outras palavras, é uma versão da narrativa moderna central de sexo único em guerra com dois sexos. (*Ibid.*, p. 278).

Laqueur é intrigado pela obra de Freud no início de seus escritos. Para compreender melhor a leitura multifacetada de Freud por Laqueur, faz-se necessário uma compreensão sobre a diferença sexual e suas multiformidades para além do que já foi discutido até aqui. A seu ver, a dualidade do “pai” da psicanálise é coerente com a noção da retórica biológica enquanto necessidade social, como um caminho para assentar a aporia da anatomia. A partir da noção, já apresentada, de “como a menina se transforma em mulher”, descrita por Freud em *Os Três Ensaios Sobre A Sexualidade* (1905) e tecida tanto pelo MSU quanto pelo MDS (da sexualidade clitoriana que, após a puberdade e sua repressão, se volta para a vagina), Laqueur aponta que, em um mundo obcecado em distinguir os papéis sociais de “homem” e “mulher”, Freud descobriu “as bases anatômicas para ‘o mundo do gênero do século XIX’”. (1990 p. 280), atribuindo mais tarde conflitos nessa passagem a uma histeria generalizada da mulher. Para o autor, Freud exprime o engodo anatômico. Isso, por dois motivos.

Em primeiro lugar, é também através da psicanálise que a vagina entra em vigor enquanto um órgão sexual outro, isto é, um órgão que, para além do clitóris, tem orgasmos, finalizando a transição para o modelo da diferença sexual: o prazer da “mulher”, antes apenas através do clitóris dentro da lógica do MSU, agora é pela vagina. Essa separação de órgãos fundamenta e prende a mulher no seu sistema reprodutor – outra demanda social em atrito para o desenvolvimento da época – e na concepção opositiva da vagina em relação ao pênis, posta no MDS. Até então, desde os *séculos* XVII e XVIII, apenas o clitóris tinha espaço na literatura médica e popular para endereçar o orgasmo feminino, sendo este traçado a partir do modelo do sexo único.

Em segundo lugar, Laqueur elucida o ponto principal do livro que também já discutimos aqui, a saber: não há natureza dentro da interpretação dos órgãos sexuais. Assim, em correlato com a dança entre os dois modelos do sistema Sexo (MSU e MDS) que Freud pratica, a cultura assume o papel causal dos órgãos; a história do clitóris faz parte da história da diferença sexual e da socialização dos prazeres do corpo (1990, p. 279).

Outro ponto importante a ser trabalhado é a contradição que a obra freudiana pode vir a ter, como já apontado, cada um a seu modo, por algumas obras contemporâneas como, por exemplo, *Psicanálise Sem Édipo?* de Philippe Van Haute e Tomas Geyskens, de 2016. Assim como a genealogia feita por Laqueur, Freud também quebra, em *Os Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), uma concepção antes inconcebível pelo discurso médico de sua

época: a sexualidade na infância, polimorfa e perversa. Trago isso justamente para elucidar a multidimensão freudiana, tal qual percebida por Laqueur. Na obra mencionada, há uma preocupação de Freud em investigar de forma mais profunda as ditas aberrações sexuais, estas simplistas, “plenas de erros, imprecisões e conclusões precipitadas” quando enunciadas pelo discurso dominante da época (FREUD, 1905, p. 21), além de já conseguir observar que a norma tem um papel importante para as retificações mais planificadas dessas questões (FREUD, 1905, p. 22).

Pode-se dizer que Freud, em certa medida e em concordância com Laqueur, fragmenta noções biológicas deterministas, mesmo que sua teoria muitas vezes vetorize um modelo patriarcal fálico e desenvolvimentista. Outro exemplo disso é sua posição em relação ao recurso à bissexualidade, também invocando questões acerca de uma sexualidade normativa não-inata. Daniel Delouya (2003) afirma que o tema da bissexualidade em psicanálise é “inquietante, quando não explosivo; minado pelas conhecidas sensibilidades sociais e ideológicas” (p. 207). Dito isso, por mais que Freud siga o texto muitas vezes de maneira a reforçar a diferença sexual enquanto normalidade, como bem apontado por Laqueur, há pontos os quais se pode observar com mais atenção, tendo uma lente construtiva e transformadora que abre espaço para outras formulações, como veremos adiante com a leitura butleriana.

Possibilidades de pensar a diferença pulsam em direção a outros caminhos ainda não traçados, ainda não efetivamente produzidos. Compreender que a própria estrutura de instituições, aqui, no caso, a de Sexo, não tem uma corporeidade senão imaginária, é ao que nos convoca Laqueur (e outros autores ainda a serem trabalhados ao longo do trabalho, principalmente neste capítulo).

Com toda a sua paixão por biologia, [Freud] mostrou como é difícil para a cultura tornar um corpo adequado a categorias necessárias à reprodução biológica e, portanto, cultural. Dois sexos não são a consequência necessária e natural da diferença corporal. Nem tampouco o sexo único. As formas com que a diferença sexual eram imaginadas no passado são muito desassociadas do que era realmente conhecido sobre essa ou aquela parte da anatomia, esse ou aquele processo fisiológico, e derivam das exigências retóricas do momento. É claro que a linguagem específica se altera com o tempo - a versão de Freud do modelo de sexo único não se articula no mesmo vocabulário que a de Galena - assim como o cenário cultural. Porém, basicamente, o conteúdo do discurso sobre diferença sexual é desencadeado por fatos, e é tão livre quanto a ação do pensamento. (LAQUEUR, 1990, p. 288).

Estejamos sempre atentos às metáforas utilizadas e a toda semiótica de um conceito, sua materialidade e como isso molda um espaço social. Descobertas, muitas vezes, reativam velhas ontologias ou modelos e, no fundo, uma mesma matriz é facilmente mascarada e

quantificada enquanto progresso. Um motor instituinte produtivo constante de autocrítica faz parte de uma ética e política indispensável para qualquer tipo de atuação social. Recuperando novamente Preciado em sua fala na Escola da Causa Freudiana em 2019, não há órgãos sexuais senão como enclaves coloniais; a sexualidade, ou formas de expressar prazer e desejo, é codificada e estabelecida por um molde social.

Pensar numa psicanálise pós paradigma da diferença sexual, isto é, não tomá-lo enquanto irreduzível do operador psíquico, é pelo rumo dela mesma se reconhecer a partir de tumultos e genealogias sociais em que ela nasceu. Além disso, é essencial também entender que o surgimento da Psicanálise foi situacional, carregado pela tensão pulsante entre a herança iluminista, que agencia a fabricação de uma necessidade de diferenciação sexual e o modelo de agenciamento masculino vertical do gênero enquanto MSU e sua universalidade. Assim, este último mesmo sendo substituído, se faz presente em Freud, por exemplo pelo Édipo-fálico. Ter uma atenção a essa porosidade e multiformidade que um discurso, científico ou não, carrega, é indispensável para sua transformação e então sua transmissão-transmutada.

A partir do que foi trazido, podemos traçar a psicanálise nesse espaço tumultuoso e de campo de batalha, como qualquer discurso. Podemos traçar justamente a múltipla constituição do que é um conceito e uma epistemologia e que tipo de aproximação uma epistemologia tem de um conceito; ter em mente que conceitos são também construídos de forma situada e a partir de um ambiente com suas relações. A bifidez apontada por Laqueur, a fragmentação de um dado/fato, de um conceito freudiano até então não posto em contexto dentro da realidade material instituída, nos traz pontos necessários para adentrar numa dimensão mais expandida do que significa, realmente, quando Preciado nos convoca a mudar a gramática das psicanálises. Como? Dominando a sintaxe e a morfologia dessa linguagem. O ponto não é dizer que essa ciência ativa e propositalmente exclui dissidências de gênero, mas que sua escrita e transmissão percorre pela epistemologia da diferença sexual, e não leva em conta que sua própria fundamentação é, em si, generificada. O intuito desse trabalho não é tecer críticas específicas à psicanálise ou aos psicanalistas, como se neles houvesse as respostas. Arrisco dizer que essa ciência é muito mais um sintoma de toda essa transição de modelo de gênero – histórico e social – que vem acontecendo já há muitos anos. Mudar de gramática, expandir nossa lente no que diz respeito às linguagens que já estamos habituados, ter uma visão mais atenta sobre o que nos ronda, o que nos dizem e o que dizemos. É preciso sair da lógica na qual a Psicanálise criou-se e deixar de lado a Instituição Psicanalítica. As seguintes questões que vão permear nossos próximos passos aqui (des)trilhados são: sabendo disso, como pensar, ao invés de uma teoria universal do sujeito, outras perguntas? Que tal outros termos como

“produção discursiva histórica”? Como encarar essa questão de modo autocrítico com um horizonte de transformação? Se há leituras menos coloniais de Freud, qual a melhor metodologia para encará-las? Seria voltar a Freud e reafirmar uma psicanálise mais “libertária”? Não é mais interessante e propositivo deslocar a psicanálise sem centralizar figuras pragmáticas? Seria Freud uma pragmática possível de ser fragmentada?

5.3 Um uso fragmentado: Butler, Rubin e Freud

A sexualidade é impermeável à análise política se for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual. (BUTLER e RUBIN, 2003, p. 79).

Os desencontros entre os estudos de gênero e as psicanálises/psicanalistas, aqui no Brasil, concentram-se muito em Judith Butler, por mais que cada vez menos; tanto por uma questão de tradução, já que é a principal referência *queer*⁴ nesse campo de estudo atualmente traduzidos no país, quanto por sua postura combativa para com a psicanálise lacaniana acadêmica, que adentraremos em alguma próxima pesquisa. Mesmo sabendo que outros nomes estão cada vez mais presentes nessa tentativa de escuta e ação dissidente, tomamos Butler para iniciar nossa desconstrução, pois dá continuidade às proposições e questionamentos do social desenvolvidos por, entre outros, Foucault e Laqueur, já anteriormente apresentados. Ademais, Butler possui uma leitura da psicanálise freudiana interessante, talvez justamente por não estar fixa à metafísica e à pragmática freudo-lacaniana, tecendo-se como uma leitura mais rizomática⁵ e estratégica da teoria.

Até aqui, já repensamos a construção do que é o “sexo” através do detalhamento do contexto histórico-cultural eurocêntrico moderno realizado por Thomas Laqueur, isto é, já contestamos seu caráter imutável *geneologicamente*. Analisamos os seguintes pontos: a epistemologia visual que rege o *séxolos* (ou a sexopolítica); a nova anatomia sexual – cujas funções e formas respondem a uma lógica própria, diferente da do modelo da interiorização

⁴ Usa-se o termo *queer* para investigar, analisar, questionar e intervir sobre as normas e as margens que elas produzem, além de se referir à lacuna, brechas, lapsos, torcer e transversalidade. É propositalmente incerto, incômodo e movimento (SEDGWICK, 1993).

⁵ Entende-se “rizoma” a partir das elaborações de DELEUZE e GUATTARI (1980): refere-se diretamente à imagem de extensões subterrâneas de caules, onde não se é possível distinguir começo ou fim, nem núcleo nem centro. É uma forma de compreensão de vida como esse sistema de conexões, com ramificações por todos os sentidos. É o oposto de uma árvore, que em seu modelo de raiz volta-se a um centro. “Enquanto o modelo da árvore raiz é ‘decalque’, reprodução ao infinito, o rizoma é ‘mapa’, voltado para uma experimentação ancorada no real, aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações permanentes, sempre com múltiplas entradas, ao contrário do decalque, que volta sempre ‘ao mesmo’”. (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 17-22)

do sexo masculino (MSU); e a propagação da nova estética da diferença sexual, uma vez que a hierarquia política entre “homens” e “mulheres” começou a ser questionada no Iluminismo.

No mais, foi também apontado a presença do que seria gênero antes mesmo da outorgação da diferença sexual (opção binária dos sexo) no MDS, revelando que a distinção entre sexo e gênero é, de fato, nula. Butler, apoiada também nas elaborações de Michel Foucault, inicia sua primeira obra publicada em 1990 com essas (e outras) indagações.

Para Foucault (1976), o sexo como objeto de conhecimento não pode ser analisado como algo externo ou anterior ao poder ou ao que se sabe sobre ele, e sim como um *produto* da *relação* poder-saber. Assim, em acordo com as formulações de Laqueur, um objeto de estudo tem que ser estudado como um objeto de caráter histórico, disposto em uma rede de práticas que o constituem.

O poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário [...]. Em seguida, que o poder prescreve ao sexo uma “ordem” que funciona, ao mesmo tempo, como uma forma de inteligibilidade: o sexo se decifra a partir de sua relação com a lei. E, enfim, que o poder age pronunciando a regra [...] através da linguagem, ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito. (FOUCAULT, 1976, p. 91).

É pela ferramenta dessa genealogia foucaultiana que Butler, ao apontar a não-unidade do sujeito frente ao determinismo biológico dentro do feminismo, acrescenta de forma sutil, já na introdução de sua obra *Problemas de Gênero* (1990), a instância de dispositivo e de poder presente na Sexualidade:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos [...] ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 1990, p. 27).

Adentrando na dimensão de dispositivo⁶ e denunciando as capturas de identidade que essa rede de poder-saber concretiza, a partir do cânone de Simone de Beauvoir – “*Ninguém nasce mulher: torna-se*” (BEAUVOIR, 1973, p. 301, grifo da autora) –, Butler critica o reducionismo da retórica plana da “construção social” advindos de algumas leituras beauvoirianas. Na compulsão cultural pelo sexo, há uma agenciamento implicado para que

⁶ FOUCAULT, 1978. O termo dispositivo designa os operadores materiais do poder ligado a configurações de poder, isto é, as técnicas, estratégias, e formas de sujeição.

essa aporia se assuma. Para Butler, não há nada na frase de Beauvoir que faça o “ser” que se torna mulher ser necessariamente fêmea, ou necessariamente unívoco: “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais” (BUTLER, 1990, p. 29). Por mais que Butler reconheça as contribuições da feminista existencialista, desenvolve sua própria genealogia feminista de desconstrução interseccional para uma nova política feminista – que marca uma terceira onda.

[...] a teoria da corporificação que impregna a análise de Beauvoir é claramente limitada pela reprodução acrítica da distinção cartesiana entre liberdade e corpo. Apesar de meus próprios esforços anteriores de argumentar o contrário, fica claro que Beauvoir mantém o dualismo mente/corpo mesmo quando propõe uma síntese⁷ desses termos. A preservação dessa distinção pode ser lida como sintomática do próprio falocentrismo que Beauvoir subestima. (BUTLER, 1990, p. 35).

A crítica do sujeito epistemológico feita por Butler passa pelas elaborações de Laqueur e, a partir de sua inauguração dentro do feminismo e de suas críticas a ele e a seus dogmas, e filósofe abre possibilidades para pensar em todas as identidades enquanto constituídas e não ensimesmadas, sejam inteligíveis ou não. Gênero, portanto, não seria um atributo do sujeito, e sim algo sempre disposto em relação.

Um corpo (dissidente ou não) é sempre marcado e, como dito ao início deste capítulo, é em si mesmo uma construção, não apenas um instrumento/superfície de interpelações. Como conceber novamente um corpo, de uma forma ativa, autônoma e não fixa é um dos propósitos que este trabalho busca alcançar como possibilidade de existência. Sobre isso, Rafael Cavalheiro (2019) faz a seguinte contribuição:

Em sua conferência no I Seminário Queer, Butler (2015) diz para se pensar na performatividade de gênero primeiro como “atribuição de gênero”, pois a escolha é algo que vem depois no processo da performatividade. A filósofa é bastante firme ao dizer que não se trata de transcender todas as normas, mas produzir uma fresta nas normas coercitivas que permeiam a vida generificada [gendered life]. Suspende os julgamentos sobre *gendered enactment* serve precisamente para produzir um modo de viver que seja mais vivível. Butler destaca o caráter processual do gênero, que é sempre construído pelos jogos de poder, no e pelo discurso. (CAVALHEIRO, 2019, p. 42).

Ao acrescentar a instância discursiva e seu poder performativo à questão, Butler detalha a instituição sexo/gênero como um *dispositivo* interpelado por estruturas de poder e dominação que *regula* e *constrange* os corpos. Um corpo não é simplesmente matéria, e sim uma constante e incessante materialização de possibilidades tanto condicionadas quanto

⁷ BEAUVOIR, 1949. A análise de Beauvoir acerca do Sujeito masculino e do Outro feminino se situa na dialética de Hegel e na reformulação sartriana dessa dialética.

circunscritas em uma linguagem. Nesse ponto, o que Butler afunila é que há uma falsa premissa de que as possibilidades materiais de existência (legitimidade de certos contratos sociais) são sempre as mesmas, fundacionais e inescapáveis. E, assim como a instância do sujeito, de sua constituição perante à lei, não há existência pré-discursiva, não há um “antes” pré-histórico, ou uma ontologia pré-social que garante consentimento de pessoas a serem governadas livremente (BUTLER, 1990, p. 20).

Gênero é a estilização repetida do corpo, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, configurando uma classe natural do ser, uma fixação de uma estética, de modos culturais de ser. Ele se produz por uma reiteração de algumas expressões discursivas. Não se expressa gênero justamente por não haver materialidade fatídica; se performatiza.

Não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como resultado. (BUTLER, 1990, p. 56).

Nesse sentido, pensar em gênero é pensar em *sujeito*, no qual/em que há agenciamento e cerceamento, isto é, sua concepção de sujeito não tange apenas o aro singular, há dimensões temporárias e coletivas. Para ela, a sujeição significa tanto o processo de se tornar subordinado ao poder quanto o processo de se tornar um sujeito (BUTLER, 1997, p.10).

Desse modo, ao mesmo tempo que o “eu corporificado” não preexiste às convenções culturais que o fundamentam, como vimos também no começo do capítulo, o corpo não é passivamente roteirizado pelos códigos culturais de sua época e nossa subjetividade também não é planejada por esses mesmos códigos. Butler nos convoca à dimensão política de fuga e de subversão, de estruturas de sujeito outras. E é aí que começa todo o tumultuoso debate psicanalítico e as questões de gênero contemporâneas.

Se o sujeito psicanalítico é um sujeito da linguagem, e a diferença sexual é um conceito da linguagem dominante, como a teoria psicanalítica permite incorporar novas existências de *sexo/gênero*, essas que escapam ao binarismo, sem cair na patologia e na estigmatização? Se a psicanálise é também um discurso que constrói objetos, como escapar às constituições binárias, ou traduções imutáveis?

A entrada de Butler dentro do debate psicanalítico é pela via da Teoria e Política Cultural. A seu ver, a psicanálise, com uma lente menos cis-centrada neste caso, pode ser de forte ajuda na compreensão de que há um poder que se relaciona com o psiquismo e de que há

espaços de fuga. E, junto a isso, novas formas culturais a serem produzidas, nas quais os movimentos sociais podem se beneficiar.

É a noção de fantasia que permite compreender que espécie de filtro cada indivíduo utiliza – ainda que isso se dê de maneira inconsciente- para entrar em contato com o poder. A fantasia é uma cena imaginária da qual o sujeito participa e que comporta a realização de um desejo. A fantasia de um indivíduo seria responsável pelos sonhos, pelos sintomas, pelo agir, pelos comportamentos repetitivos, por todo o dinamismo do indivíduo. Ela modela e estrutura o conjunto da vida do indivíduo. Isso permite pensar que há diferentes modos de se relacionar com o poder. (PORCHAT, 2013, p. 76).

Introduzindo-se a partir de um espaço epistemológico mais ampliado, onde, como nós aqui, está tentando adentrar em outras fundamentações de uma teoria freudiana mais atenta a seu tempo, Butler enxerga o potencial da psicanálise ao mesmo tempo em que tem ressalvas sobre sua posição, enquanto conivente com a normatividade e sua constante contingência de fabricações de, por exemplo, gênero e dinâmicas generificadas. Filia-se de forma ambígua a Freud e, assim como Laqueur, realiza uma genealogia política das “ontologias do gênero”, passando por conceitos psicanalíticos. Sua lente enxerga potencialmente uma desconstrução da aparência substantiva da generificação e explicaria e localizaria esses atos contingentes no interior de estruturas compulsórias, criadas por várias forças que policiam essa aparência natural apelativa.

Seria a psicanálise uma investigação de tipo antifundacionista que dá lugar à uma complexidade sexual realmente que desregula eficientemente códigos sexuais rígidos e hierárquicos, ou preservaria ela um conjunto de suposições não confessadas sobre os fundamentos da identidade, o qual funciona em favor dessas hierarquias? (BUTLER, 1990, p. 12).

Dessa forma, como veremos adiante, sua utilização da teoria freudiana desperta outros territórios acerca dessas nuances. Num primeiro momento, façamos uso de uma epígrafe-texto, para treinar nosso sujeito/corpo/mente na releitura feita por Butler do Complexo de Édipo e assinalar o que disso pode advir em relação às regulações de gênero, como se segue:

A mentalidade hétero continua a afirmar que o incesto, e não a homossexualidade, representa sua maior interdição. Assim, quando pensada pela mente hétero, a homossexualidade não passa de heterossexualidade. (WITTIG, 1992, p. 28).

Ao fazer uma releitura do Tabu do Incesto – uma epistemologia bem cristalizada dentro da Psicanálise –, indo de encontro ao que vimos até aqui, clivam-se outras possíveis direções a respeito da identidade de gênero e de corpo e de como isso está atrelado aos processos de sujeição, enquanto marca ou traço de fabricações históricas – nesse caso, das relações de parentescos⁸ residuais. Para Butler, a história das origens é uma tática no interior de uma narrativa que, ao apresentar um relato único e autorizável sobre um passado que não se recupera, corrobora para uma *inevitabilidade* da lei enquanto história. Sua crítica incide na certeza ‘universal’ de conceitos psicanalíticos como um único modo possível de existências reforçadas ou, se não for o caso, constrangidas. E assinala que essa intervenção cultural, se não for repostada em dimensão – ou em consideração, como vimos – provoca dogma, tornando o simbólico tanto impenetrável quanto inquebrável em relação aos devires. Em suas palavras:

O próprio conceito do sexo-como-matéria, [...], é uma formação discursiva que atua como fundação naturalizada da distinção natureza/cultura e das estratégias de dominação por elas sustentadas. A relação binária entre cultura e natureza promove uma relação de hierarquia em que a cultura “impõe” significado livremente à natureza, transformando-a [...] num Outro a ser apropriado para seu uso ilimitado, salvaguardando a idealidade do significante e a estrutura de significação conforme o modelo de dominação. (BUTLER, 1990, p. 74).

Voltando aos *Três Ensaios Sobre a Sexualidade* (1905) já previamente referido, vimos que o corpo seria um processo de organização libidinal, contrário ao referencial determinista biológico, e que o recurso à bissexualidade é um conceito proeminente para a formação da sexualidade e da sujeição. Também vimos que, ao mesmo tempo em que Freud discorda da premissa necessariamente heterossexual e natural da escolha do objeto sexual e da primazia do determinismo biológico para a sexualidade, suas elaborações posteriores parecem se dar sob uma ótica mais desenvolvimentista e dicotômica no modelo da diferença sexual, encerrado em sua anatomia e em convergência com a produção discursiva dominante da época. Como exemplo, tem-se o deslocamento dessas inquietações (mais ambíguas e polimorfos) aos estudos sobre perversões e desvios sexuais e à então formulação do Complexo de Édipo e da noção de Castração, encerrando este debate numa relação de norma e não-norma, de normal e anormal, de modo correto (reforçado) e modo incorreto (constrangido).

Nesses espaços mais instituídos/normatizados, criou-se abertura para nomeações e então materializações de patologias, concepções acerca da sexualidade humana a partir de

⁸ Gayle Rubin define parentesco como: “culturalização da sexualidade biológica no nível da sociedade”. (RUBIN, 1993, p. 39).

repetições desses reforçamentos e constrangimentos, de proibições e culpa do sexual compatível com os saberes da época – psiquiatria, medicina e sexologia dos séculos XIX e XX. Por exemplo, a própria categoria de transsexualidade (e também homossexualidade ou outras vivências dissidentes dessa moral sexual produzida) refere-se ao discurso psiquiátrico e médico sobre o Sexo e sua dita/outorgada binariedade. E, como já historicizamos o saber sobre o sexo tangendo a psicanálise, podemos afirmar que este modo de produção de conhecimento influencia fortemente as psicanálises e sua então transmissão.

Em *O Eu e o Id* (1923) – um dos textos de Freud comentados por Butler, na obra em referência –, a bissexualidade aparece de novo mostrando seu caráter primário. Supõe Freud que “a ambivalência constatada na relação com os pais deva se referir inteiramente à bissexualidade, e não, como apresentei acima, ter se desenvolvido a partir da identificação, pela atitude de rivalidade.” (FREUD, 1976 [1923], p. 30). Nesse sentido, o triângulo edipiano (e sua dimensão de rivalidade) seria apenas posterior à bissexualidade. Porém, o que Butler irá pontuar, questionar e *acrescentar* é que a própria postulação bissexualidade primária já estaria inserida num contexto heterossexual, no qual a bissexualidade na verdade emergiria frente a duas heterossexualidades possíveis no interior do psiquismo. Dito isso, por mais que Freud reivindique a existência da pulsão perversa polimorfa, na maioria das vezes, a identidade feminina irá escolher como seu objeto sexual a masculina e vice-versa. Afirma Butler:

Mas o que condicionaria a ambivalência nesse caso? Freud sugere claramente que o menino tem de escolher não só entre as duas escolhas de objetos, mas entre as duas predisposições sexuais, masculina e feminina. O fato de o menino geralmente escolher o heterossexual não resultaria do medo da castração pelo pai, mas do medo de castração - isto é, do medo da “feminização”, associado com a homossexualidade masculina nas culturas heterossexuais. (BUTLER, 1990, p. 110).

Isso é também bastante explorado por Gayle Rubin, autora que se aproxima bastante de Butler nessas discussões. Em seu ensaio *Tráfico de Mulheres: Notas sobre “Economia Política” do Sexo* (1993), Rubin define o sistema sexo/gênero como um disparador de discussão no início de seu ensaio, como uma “série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 3). Para a autora, o sistema sexo/gênero extrapola o único sentido de reprodução sexual, isto é, o biológico. Há nele, concomitantemente, a produção da própria identidade de gênero. É algo muito mais geométrico e complexo do que simplesmente uma constatação sobre “relações de procriação”,

tangendo toda uma organização social da sexualidade e de uma reprodução de convenções acerca de sexo e gênero. E, como a psicanálise vai produzir um discurso científico acerca da sexualidade num momento histórico paradigmático do Sexo, a autora também faz menções diretas a Freud. Em suas palavras:

A psicanálise compreende um conjunto único de conceitos para entender os homens, as mulheres e a sexualidade. É uma teoria da sexualidade na sociedade humana. Mais importante, a psicanálise dá uma descrição do mecanismo pelo qual os sexos são divididos e alterados, de como as crianças andróginas, bissexuais são transformadas em meninos e meninas. A psicanálise é uma teoria feminista *manquée*. (RUBIN, 1993, p. 34).

Rubin também irá concluir que a própria fundamentação teórica de Freud, acerca da bissexualidade primária, estava sujeita ao imperativo biológico heterossexual; que “as crianças, antes da fase edipiana, já eram ‘homenzinhos’ e ‘mulherzinhas’”. (RUBIN, 1993, p. 35). Junto a isso, Butler aponta que a cultura não seria posterior a esta postulação da bissexualidade primária que ela supostamente reprime: “ela constitui matriz de inteligibilidade pela qual a própria bissexualidade primária se torna pensável” (BUTLER, 1990, p. 102). Além disso, infere que a referência ao mito do Édipo-Rei e à consagração do interdito do incesto implica diretamente na perpetuação da lógica patriarcal e de suas contingências perante à lei instituída.

Na “ameaça de castração” que promove a proibição do incesto vem encarnar-se a função da “lei” enquanto instituinte da ordem humana. Momento em que, ao abandonar o investimento narcísico na mãe, a criança torna-se menino ou menina e passa necessariamente a desejar o outro sexo. Para Butler, essa operação de exclusão recíproca entre identificação e desejo resultante da proibição seria um dos principais efeitos de reiteração da norma sexual reforçada pela psicanálise. (ARAN e PEIXOTO JÚNIOR, 2007, p. 140).

Já que o Édipo se engendra dentro da norma cisheterossexista, um tabu que precederia o incesto seria o da homossexualidade. Vale ressaltar que o caso do Complexo de Édipo invertido, isto é, quando o desejo sexual se volta para o sujeito do mesmo sexo e o desejo de rivalidade para o sexo oposto, para Butler, não há um estatuto teórico tão grande quanto o modelo análogo ao mito de Sófocles, tratando-se de um “pequeno parágrafo” (BUTLER, 1990, p. 111).

Cabe a pergunta: até que ponto nós tomamos o desejo pelo sexo oposto, pelo pai ou pela mãe, como prova de predisposição feminina ou masculina, só porque partimos de uma matriz héterossexual/normativa do desejo?

Tomando então a problemática da internalização da matriz dominante como ponto de partida das identificações e dos desejos para a formação do status de gênero, Butler segue sua análise com base em outro ensaio de Freud, *Luto e Melancolia* (1917). Antes, faz-se necessário algumas delimitações conceituais. Freud define sucintamente o luto como “reação à perda de uma pessoa querida ou de uma abstração que esteja no lugar dela” (FREUD, 2016 [1917], p. 100), ou seja, qualquer coisa, tanto de natureza real ou ideal, que tenha se perdido com um investimento significativo de libido pelo sujeito. A melancolia, por sua vez, é definida como um processo psíquico de um desânimo profundamente doloroso por uma suspensão do interesse pelo mundo externo, pela perda da capacidade de amar, pela inibição da capacidade para a realização e pelo rebaixamento do sentimento de si (FREUD, 1917/2016, p. 101).

No processo de luto, há uma elaboração a partir do que se sabe que foi perdido se identificando com tal objeto (ou sua representação) e dissolvendo o lado ambivalente (raiva, tristeza, depressão, culpa) da perda, fazendo com que a dor se atenuie. Luto é um trabalho psíquico para que os investimentos libidinais sejam rearranjados. Na melancolia, porém, não há representação do objeto perdido sabida, o sentimento de perda é vivido sem o processo do luto para a elaboração e a dissolução. O objeto perdido se estabelece no interior do eu como voz ou agência crítica, de modo que o objeto passa a recriminar o Eu.

No luto, o mundo se tornou pobre e vazio; na melancolia, foi o próprio Eu. O doente nos descreve seu Eu como indigno, incapaz e moralmente desprezível; ele se recrimina, insulta-se e espera ser rejeitado e castigado. Ele se humilha diante de qualquer pessoa e sente pesar por seus familiares estarem ligados a uma pessoa tão indigna. (FREUD, 1917/2016, p. 103).

A estadunidense nos informa que a melancolia autopunitiva, ao se relacionar com a instância subjetiva do ideal de eu, hiper moralizadora, interioriza normas discursivas socialmente engendradas. E, como a cultura não comporta o vínculo homossexual, a interdição frente ao desejo sexual por um dos pais é antes uma inibição da homossexualidade irreconhecível. No caso, a menina, por exemplo, sem a possibilidade social do desejo pela mãe, desejaria o pai e continuaria seu desenvolvimento de acordo com o Complexo de Édipo, em sua topografia normal (não “invertida”). Não só o objeto “pai” está sendo perdido mas também o objeto “desejo ao pai”, o vínculo homossexual. A perda, então, como é irreconhecível, é inelutável. Por isso o nome *melancolia de gênero*. Define Butler:

A melancolia da identificação de gênero que “responde” ao dilema edipiano deve ser entendida, portanto, como a internalização de uma diretriz moral interna, que adquire sua estrutura e energia a partir de um tabu externamente imposto. Embora Freud não o argumente explicitamente, dir-se-ia que o tabu contra a homossexualidade deve preceder o tabu heterossexual do incesto; [...] [o tabu] cria as “predisposições” heterossexuais pelas quais o conflito edipiano se torna possível. (BUTLER, 1990, p. 117).

A partir dessa formulação Butler volta a *O Eu e o Id* para estudar como a melancolia pode funcionar como uma *gênese* de gênero, assim como ressaltou Rubin. Antes, faz-se necessário definir o conceito freudiano de identificação em sua relação com o processo melancólico:

Foi-nos dado esclarecer o doloroso infortúnio da melancolia, através da suposição de que um objeto perdido é novamente estabelecido no Eu, ou seja, um investimento objetual é substituído por uma identificação. (...) Desde então compreendemos que tal substituição participa enormemente na configuração do Eu e contribui de modo essencial para formar o que se denomina seu caráter. (FREUD, 1923/1976, p. 25/26).

Abrir mão do objeto irrepresentável, segundo Butler, e, em convergência com a teoria freudiana acerca da melancolia tal qual exposta acima, o “menino/menina” irá trilhar pelo caminho da identificação. O menino, por exemplo, pela recusa de perder o desejo pelo pai, se identificaria com o ele e desse modo internalizaria a identidade masculina, performatizando, a partir da norma incorporada, um gênero. Ao que Freud se refere como “essencial de caráter”, Butler contrapõe, com o “falso fundacionismo”, que, como qualquer instituído, os resultados dessa afetividade seriam “fixados” pelos efeitos da proibição homossexual. Em suas palavras:

Essa identidade é construída e mantida pela aplicação coerente desse tabu, não só na estilização do corpo segundo categorias sexuais distintas, mas também na produção e na “predisposição” do desejo sexual. A linguagem das predisposições evolui de má formação verbal (estar disposto) para uma formação substantival, em consequência do que se cristaliza (ter predisposições). (BUTLER, 1990, p. 116-117).

Interessante ressaltar o correlato feito por Butler em relação à estilização do corpo (em uma diferenciação sexual anatômica) e na produção da heterossexualidade enquanto norma. Como já vimos em *Laqueur*, o modelos dos dois sexos entra em vigor por uma produção cultural industrial vigente depois do Iluminismo e, para isso, foi necessário todo um dispositivo, também estético, para forjar uma genealogia fundante que tem como objetivo a naturalização desses modelos generificados, com base também na divisão do trabalho reprodutivo⁹. Butler vai afirmar que essas ditas “predisposições” são justamente vestígios de

⁹ Para aprofundamento: *O Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici, publicado em 2004.

uma história de proibições sexuais impostas e que a narrativa fundacionista torna outras possibilidades indizíveis inexistentes. Sua crítica à psicanálise é a seguinte:

Na narrativa psicanalítica, as predisposições são ensinadas, fixadas e consolidadas por uma proibição que, posteriormente e em nome da cultura, consegue subjugar o distúrbio criado por um investimento homossexual infreado. [...] Ao instalar a si mesma [a lei] como princípio de continuidade lógica numa narrativa de relações causais que toma os fatos psíquicos como seu ponto de partida, essa configuração da lei exclui a possibilidade de uma genealogia mais radical das origens culturais da sexualidade e das relações de poder. (BUTLER, 1990, p. 118)

O conceito de Melancolia de Gênero nos ajuda a compreender que a experiência de gênero é sempre melancólica. E que está diretamente ligada ao fato dos atributos de gênero serem performativos, e não possuidores de uma “pré-existência”; toda a postulação de “verdade sobre o sexo” revela-se como uma ficção reguladora. Gênero é norma e há incorporações nas subjetividades.

A partir de outra fundamentação epistemológica, Butler faz um uso psicanalítico e coloca em jogo o papel da psicanálise na constituição de uma norma simbólica, concebida como origem universal e incontestável da lei, esta que controla e regula gênero y desejo. Seu uso da psicanálise freudiana faz luz ao deslocamento de um problema do âmbito social para a própria subjetividade que é insistentemente criticada e então produzida, indicando detalhadamente a subjetivação da normatividade e como a psicanálise, em seu uso ordinal, passa a ser conivente e ativamente produtora dessas regulações.

É isso que vários autores (*queers*, das ciências políticas) vêm reivindicando. É isso que, desde o nascimento da psicanálise, Foucault e Laqueur trazem para o debate. A psicanálise está pronta para o atual? A resposta não é se está pronta ou não, e sim que essa tenuidade entre “certo” e “errado” nunca está posta num espaço de se dar a largada. Já tem de estar acontecendo e ativamente sendo produzido de outra forma, de uma forma não naturalista e falsamente fundante, de uma forma não ambígua em relação ao seu estatuto de universalidade e neutralidade. Porque nunca fora revolucionária, mas comporta e sempre comportou espaços de fuga e subversões. A situação/convocação está posta. Não é necessário uma “cartilha de boa psicanálise” para começar a desenvolver uma possível desconstrução. Os corpos y corpas estão em cena. A materialidade do social já se manifestou e se manifesta ativamente a todo momento e em todas as suas movimentações. Como estudante, como pesquisador, como docente, como (esquizado ou não) psicanalista, a transmissão ativa de uma psicanálise fragmentada, estratégica, política, se é de seu interesse, precisa ser criticamente mais afunilada, se não de nada adianta.

Adiante, neste próximo capítulo, iremos mergulhar nos escritos de Paul B. Preciado, especificamente suas obras *Manifesto Contrassexual* (2002) e *Testo Junkie* (2008) para solidificar nossa fragmentação e multiplicar ainda mais nossa lente referente à produção de gênero para, se possível, emergir novos questionamentos, furos, fracassos e potências na escritura e (trans)missão da psicanálise.

6. TECNOGÊNERO II

6.1 Como psicanálise? Protetizando o dogma

Se o pênis é para a sexualidade o que Deus é para a natureza, o dildo torna efetiva, no domínio da relação sexual, a morte de Deus anunciada por Nietzsche. (PRECIADO, 2002, p. 80).

“A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros.” Paul B. Preciado (2002, p. 1) inicia sua obra *O Manifesto Contrassexual* com essa frase que acabamos de ler. De início, já nos é exposto de forma sucinta tudo que vimos até aqui no percurso do trabalho; o fim da Natureza é necessário, transmutar-se é preciso. Torcer a ordem reguladora que reforça modos de subjetivação específicos é indispensável para pensarmos em uma psicanálise coerente com seu tempo e com as reivindicações de uma cultura já desgastada. Se tomarmos “natureza” enquanto negociação permanente das fronteiras entre humano e animal, organismos e máquinas e, também, entre sujeitos e objetos (científicos) (HARAWAY, 1995, p. 39), a descrição de sexo como parte da história natural da sociedade humana é completamente falaciosa. Para situar-se nessa ecologia, isto é, estar atento e saber ler as marcas do que constituiu um corpo até então reforçado, uma análise crítica sobre as performatividades normativas de gênero/sexo, e um detalhamento de como elas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas, foi crucial neste trabalho. Foi necessário realizar uma tentativa escrita de desterritorialização do que nos é dado enquanto incontestável para possibilitar uma re-territorialização, agora atenta e precisa.

Por isso, foi importante tecer um capítulo sobre a epistemologia (patriarcal) da diferença sexual – até então fixa, falsamente fundante e naturalizante. Ao passar por Laqueur, criou-se uma dimensão histórica importante tanto para a criação do postulado da diferença sexual quanto para situar o lugar que a Psicanálise se encontrava política e geograficamente nessa produção de discursos sobre o sexo. Ao aproximar Laqueur de Freud e Freud de Butler e Rubin, foi possível, como uma espinha dorsal, encaminhar apontamentos mais propositivos do poder normativo de como um saber produz realidade material e modos de sujeição, saber esse que, então, se tomado enquanto universal e fundante, exclui, inviabiliza e marginaliza todo um mar de existências outras que simplesmente não são regidas por sua ótica. Além disso, vimos também que a questão não é puramente referida às populações dissidentes; o sistema sexo/gênero é melancólico para todes, é um sistema de escritura. Produz um deslize

desejante específico regulador que aparenta ser impenetrável e inquebrável, cerceando corpos. A (hetero)sexualidade se re-inscreve incessantemente através de constantes de repetição e re-citação de códigos socialmente investidos como naturais, femininos e masculinos, nos quais há a eliminação sistemática de fugas e transgressões. E a Psicanálise é um canal para sua propagação também, principalmente por conta de sua metapsicologia e transmissão enquanto verdade e ciência de uma estrutura sintomática de uma cultura específica.

Ao introduzir agora Preciado, tenho a intenção de adicionar outros fatores à produção do gênero e à concepção de dogma. Para além da performatividade e de uma subjetivação generificada (BUTLER, 1990), para o autor, englobam-se também, na transmissão dessa ciência estruturada por uma cultura do Sexo, operações técnicas e biológicas nos corpos. Trata-se de um autor pioneiro que consegue elucidar, a partir também do gênero, como um discurso também produz materialmente *órgãos* e, portanto, nos convoca à urgência de desmontar certos pilares psicanalíticos, ir além de uma tensão na ética psicanalítica.

Aqui, não se trata apenas de psicanalistas que são contra releituras ou aproximações da psicanálise e das teorias de gênero e feministas, ou do conhecido e expandido conservadorismo lacaniano abertamente transfóbico, como é o caso, por exemplo, aqui no Brasil, de Marco Antônio Coutinho Jorge e Natália Travassos, que afirmam que a “epidemia da transexualidade” seria a forma mais significativa de histeria nos dias de hoje (JORGE; TRAVASSOS, 2017); e ainda utilizam, como uma alegoria desterritorializada, a homofobia criminalizada com pena de morte no Irã (JORGE; TRAVASSOS, 2021) para generalizar e deslegitimar as experiências de corpos dissidentes tanto lá quanto aqui no Brasil.

Se trata também dos psicanalistas e instituições psicanalíticas de menor alcance que tentam aproximar esses dois campos de estudos, que se dizem abertos a certas releituras. Para isso ser possível, é necessário destituir o paradigma da diferença sexual, sacudindo as tecnologias da escritura de sexo e gênero, assim como suas instituições, seus espaços, agenciamentos, corporificações. É necessário uma re-escritura, com outra gramática. Buscar uma releitura psicanalítica, mas não fragmentar suas bases semânticas, dentro do contexto da Psicanálise – fundada enquanto dispositivo e instituição de propagação de um corpo e uma subjetivação generificada –, não causa rupturas para que outro tipo de sujeito não tão capturado (sujeito este que acaba sendo retirado do campo da inteligibilidade) possa emergir materialmente, e ter uma escuta analítica, na qual:

corpos se reconhecem a si mesmos não como homens ou mulheres, e sim como corpos falantes, e reconhecem os outros corpos como falantes. Reconhecem em si mesmos a possibilidade de aceder a todas as práticas significantes, assim como a todas as posições de enunciação, enquanto sujeitos, que a história determinou como masculinas, femininas ou perversas. (PRECIADO, 2002, p. 21).

Ao estudar a contrassexualidade de Preciado, e em acordo com esse novo contrato sociossexual contrassexual, vamos ao encontro de nossa atitude acadêmica de *fragmentação*, pois não se trata de uma rejeição de teorias ou concepções acerca do gênero, nem de se desfazer de marcas generificadas ou referências à heterossexualidade, e sim de uma re-situação (no nosso caso, neste trabalho, da psicanálise), a fim de modificar posições de enunciação, verificando os mecanismos, estratégias e usos de concepções generificadas dentro do Sistema (heterossexual) e do contrato heterocentrado, através dos quais há uma produção *material* de gênero. Para o autor, é apenas nessa transição epistêmica para um espaço de paródia, fraude sexual e transformação plástica que aparecerão as primeiras práticas contrassexuais, como possibilidades de derivas radicais com relação ao sistema sexo/gênero dominante, situando-se justamente fora das oposições binárias. Derivas políticas, éticas e clínicas – é nisso que iremos nos debruçar a partir de agora, buscando enquanto horizonte, traçar uma psicanálise que não se estruture em termos de falos faltantes, e sim de dildos tecnicamente acrescentados. Neste capítulo, adentraremos no mecanismo produtivo da psicanálise, sua produção discursiva e sua transmissão generificada e, também, no âmbito da necessária responsabilização da psicanálise diante das estruturas de violência que ela ajudou a produzir, a partir do regime político da diferença sexual.

6.2 Des-construindo o sexo como órgão: Práticas contrassexuais e Dildotopia

O termo contrassexualidade refere-se a uma resistência às produções disciplinares da sexualidade, a partir de uma contraprodutividade na qual há uma produção de formas de saber-prazer alternativas às da sexualidade moderna, que buscamos historicizar no início do trabalho (contradisciplina sexual). Nas palavras de Preciado, esse sistema, longe de surgir espontaneamente em cada corpo recém-nascido,

[...] é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual. [...]. O processo da criação da diferença sexual é uma operação tecnológica de redução que consiste em extrair determinadas partes da totalidade do corpo e isolá-las para fazer delas significantes sexuais. (PRECIADO, 2002, p. 25-26).

Traçaremos então o caminho da contrassexualidade a partir da metodologia que Preciado cunhou: Dildo como uma possibilidade de escritura de uma psicanálise pós paradigma da diferença sexual. Alguns conceitos precisam ser explicitados para versar sobre esta metodologia. O dildo (sexo de plástico), modelo prostético, positivo, é o caráter de prótese de toda origem: “um dildo não é um ‘pinto de plástico’, e sim, em que pesem as aparências, um pinto é um dildo de carne” (PRECIADO, 2002, p. 19).

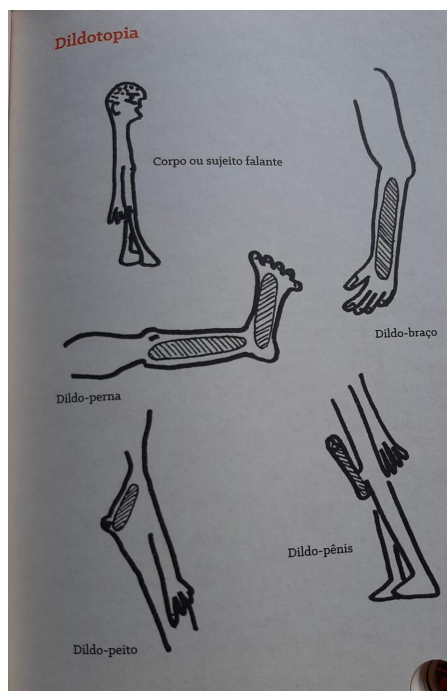
A prótese não teria função de suprir uma falta que completaria um corpo natural totalizado, mas sim a de criar uma corporalidade mediada tecnicamente, na qual altera a própria constituição do corpo original: “o suplemento prostético produz o corpo ao qual ele vem completar” (PRECIADO, 2002, p. 20). As proposições práticas de Preciado, em *O Manifesto Contrassexual* (2002), nos faz ampliar noções de sexualidade e sexo, antes encerradas principalmente em estimulações genitais, colocando em pauta a materialidade dos corpos como própria artificialidade dildética. O pênis seria uma prótese, tendo em vista que é em si uma tecnologia, uma realização material anterior a ele, advinda de um dispositivo e de um sistema mais amplo de produção de gênero.

Em outras palavras, já que a diferença sexual tem data e contexto político de fabricação, o pênis enquanto nomeação e existência dentro de nossa cultura e sua função está diretamente vinculado ao sistema e ao/seu dispositivo da heteronormatividade patriarcal. Quando rebate a discussão lacaniana sobre a diferença entre falo e pênis, Preciado faz um movimento de re-sexualização da Psicanálise. Enquanto atualmente há o debate feminista do falo enquanto significante, e não órgão genital, o autor irá remarcá-lo enquanto pênis, justamente pois argumenta que mesmo as categorias ditas *simbólicas*, dentro de uma epistemologia da diferença sexual, produzem tecnologicamente, socialmente e materialmente: sexo e órgãos. Como vimos, o pinto é um dildo de carne. O caráter prostético existe em cada origem, de modo que não é simplesmente colocar a diferença sexual num patamar simbólico de falta que irá transgredir essa epistemologia e solucionar a constituição patriarcal da psicanálise.

Preciado compreende, então, que é adicionando o fator da artificialidade e mobilidade em corpos falantes, que se pode, por exemplo, deslocar o código de excitação para uma zona do corpo considerada não-sexual ou abjeta, descentralizando o prazer e reerotizando o corpo, para assim desmontar o território patriarcal e heterocentrado. “A arquitetura do corpo é política” (PRECIADO, 2002, p. 31), órgãos sexuais não existem em si, fazem parte de operações básicas de fixação naturalizante de práticas que são reconhecidas enquanto sexuais

– e aqui podemos traçar um paralelo butleriano através do que vimos sobre constrangimento e reforçamento de matéria, corpo e vida. E a instituição psicanalítica, por ser um canal de interpelação, se não considerar a metodologia dildética, mesmo em suas discussões intencionalmente transgressoras, irá ainda mais edificar uma epistemologia colonial e transmitir as operações fixadoras naturalizantes. Segue imagem:

Figura III – Operação prostético-textual: re-denominação de partes do corpo.



Retirado de PRECIADO (2002, p.51)

É preciso estudar o saber sobre o dildo com uma lente que Preciado denomina de *contraciência*. Isto é, expondo seu surgimento, sua formação e sua utilização, localizando em sua existência as deformações que faz ao sistema sexo/gênero e, então, também ao discurso científico. É importante ressaltar novamente que o dildo é elevado à categoria de objeto filosófico, isto é, não se encerra no objeto comprado em sex shops, e sim se expande a qualquer tecnologia de resistência e momentos de ruptura da cadeia de produção corpo-prazer-benefício-corpo, na cultura sexual hétero ou queer, desmontando a construção corporal referenciada a partir do falo na narrativa da diferença sexual.

A atenção específica à contrassexualidade e sua lógica dildética está também na necessidade de pensarmos o sexo, pelo menos a partir do século XVIII – como vimos no capítulo anterior –, enquanto tecnologia biopolítica, considerando como a própria psicanálise, dentro desse contexto, produz também essa tecnologia. Preciado define tal tecnologia como um sistema complexo de estruturas reguladoras que controlam a relação entre os corpos, os

instrumentos, as máquinas, os usos e os usuários (PRECIADO, 2002, p. 79). Dito isso, falar em tecnologia biopolítica é beber em fontes foucaultianas e, por isso, será traçada uma pequena digressão tecendo alguns conceitos.

Foucault (1976) descreve as transformações da sociedade europeia do final do século XVIII pela transição da chamada “sociedade soberana”, na qual Laqueur documentou a epistemologia sexual do MSU (modelo sexo único), para a “sociedade disciplinadora” do MDS (modelo dois sexos), deslocando a forma de poder do rei que, em seu espetáculo, tem a capacidade de decidir, ritualiza a morte de alguém/algo, para o poder que planeja, e maximiza tecnicamente a vida, em termos de população e nação. Ele utiliza a noção de biopolítica para examinar a relação que o poder estabelece com o corpo na modernidade, expondo como se trata de um poder agora especializado, que se estende numa tentativa de totalidade de território para penetrar no corpo individual. Ademais, Foucault sublinha a centralidade do sexo¹⁰ e da sexualidade nessa governança moderna. Para o autor, quando Freud centraliza a Sexualidade enquanto ciência, em *scientia sexualis*, e produz um saber sobre ela, sua teorização não parte de um espaço neutro, e sim de uma nova afirmação, isto é, da implantação e da solidificação de uma sexualidade específica coerente a um modelo ocidental-colonial, que produz corpos normais e anomalias através da formação e transformação progressiva de um “jogo de verdades e de sexo” (FOUCAULT, 1976, p. 63).

Assim, os processos de biopoder da histerização do corpo feminino, da regulação das condutas de procriação, da psiquiatrização de prazeres perversos e da pedagogia sexual infantil seriam eixos de um processo que cunhou de modernização sexual. Sobre a pedagogia infantil e encadeando nossa discussão:

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim macharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. (FOUCAULT, 1976, p. 8).

A noção de biopoder, ou poder biopolítico, remete a uma operação feita por multidões que funciona como um centro produtor de disciplinamento, isto é, de prescrições de um corpo

¹⁰ Peter Pál Pelbart, em *Vida Capital: Ensaio da Biopolítica*, discute a razão de Foucault introduzir o conceito de biopolítica na conclusão de sua obra sobre a sexualidade: “[...] o sexo faz ponte entre corpo e população, a tal ponto que o que era a sociedade do sangue, correspondente ao poder de soberania, na era do biopoder torna-se a sociedade do sexo.” (PELBART, 2003, p. 58).

múltiplo, tal qual uma sociedade. Esse tipo de poder está associado de forma complementar a um segundo tipo de poder que Foucault define como poder disciplinar. Este se realiza na individuação, isto é, produz um disciplinamento que produz uma corporalidade individual. É o poder das instituições que produz corpos e subjetividades que possam participar delas. Claro que cada poder tem suas especificidades e redes de movimentação, mas não nos adentraremos nisso agora.

Outra questão de extrema relevância, necessária para entender e costurar tudo que vimos até aqui, é que a função do poder, para além de repressão e correção, é criar, permitir, fazer desejar, ter conforto. Ou seja, o poder tem também um funcionamento *positivo*, é também reforçador – e por isso é tão mais complexa toda essa discussão. Não se trata somente do poder infiltrando nos sujeitos a partir do exterior; ele habita também dentro, reside também na fundação de subjetividade, é constituído junto com o corpo, inclusive positivamente. Assim:

O corpo moderno biopolítico, como sugeriu Foucault, não é mais uma superfície unidimensional em que o poder, a lei e a punição serão inscritos, e sim uma interioridade densa em que a vida, e também o controle político, ocorre sob a forma de troca, tráfego e comunicação [...]. O espaço do corpo tem que ser estendido, inflado, aberto e ampliado para tornar-se um sistema de comunicação. (PRECIADO, 2008, p. 172).

Usaremos, tal qual Preciado, a teoria foucaultiana como ferramenta para uma análise atenta dos dispositivos que contornam a psicanálise e sua escritura. Quando o autor demarca a produção do sexo como uma tecnologia biopolítica e ficção somática poderosa, ele está se referindo à demarcação de um corpo social múltiplo que, através de instituições disciplinares, prescreve uma norma de gênero. Ao estudar Laqueur e seu posicionamento ambíguo em relação à psicanálise freudiana, podemos tecer um correlato: a psicanálise emerge, enquanto insurgente, frente a uma certa psiquiatria e às acepções racionalistas-cartesianas do sujeito moderno, mas, ao mesmo tempo, ela não questionou ou estremeceu as bases eurocêtricas-coloniais dos novos dispositivos sistêmicos estatais que estavam borbulhando na época, como vimos no capítulo anterior, estabelecendo-se, portanto, enquanto uma Instituição – e, voltando ao que costuramos no primeiro capítulo, em acordo com o Estado – e então consolidando-se como uma ciência (produtora de um saber/poder).

Isso foi marcado também quando traçamos apontamentos de Laqueur, através dos quais o autor demonstra a importância da fixação da diferença sexual, enquanto um discurso científico, para assegurar posições sociais demandadas por um poder estatal, jurídico,

racional-reprodutivo e colonial. Para a sexopolítica, ou os *séxolos* já previamente comentados, esse corpo heterossexual é artefato de governabilidade, obsessão do mundo ocidental para disciplinamento e correção. Além disso, é ficcional, pois depende justamente do que vimos no capítulo anterior quando estudamos Judith Butler: as repetições performativas para esse processo de construção política. Estando esse mecanismo na Psicanálise, nela e por ela se assegura a relação estrutural entre a produção de uma identidade do sexo com os órgãos reprodutivos, mesmo não havendo diferenciação entre “corpos naturais” e “tecnologias sexuais artificiais”.

A partir da ferramenta foucaultiana, Preciado acrescenta que estamos numa nova era do capitalismo, chamada de “farmacopornográfica”. O termo se refere aos processos do governo biomolecular (fármaco) e semiótico-técnico (pornô) da subjetividade sexual (PRECIADO, 2008, p. 26-27);, dentro desse novo contexto, há novas formas de gestão e produção política e técnica do corpo e da subjetividade sexual. Preciado defende a tese de que o corpo e a subjetividade já não seriam mais regulados unicamente através das instituições disciplinares – como a escola, a prisão, a fábrica, o exército, o hospital, etc –, mas sim através de um conjunto biomolecular, microprotético, de midiatização e transmissão de informação. Os processos de extração, tráfico e exploração global agora se dão também através dessa nova epistemologia do corpo, na qual há, como objetos, células, fluídos, hormônios, moléculas e genes.

Desse modo, no campo da sexualidade, a modificação farmacológica da subjetividade e do comportamento é gestada, por exemplo, a partir da mundialização da pílula anticoncepcional para todas as “mulheres”, assim como da produção das terapias hormonais, das terapias preventivas de AIDS e da utilização do viagra – alguns índices do manejo biotecnológico. Junto a isso, a expansão planetária da internet, a generalização do uso de tecnologias móveis da informação, o uso de inteligência artificial e algoritmos na análise de grandes dados e o intercâmbio de informação em grande velocidade, por exemplo, indicam essa nova gestão semiótica-técnica digital.

E tais práticas seriam pornográficas, pois, em primeiro lugar, as técnicas biovigilantes se introduzem no corpo, de modo a atravessar nossa pele, penetrando-nos. Em segundo, pois os dispositivos de biocontrole já não necessariamente funcionam através da repressão da sexualidade (masturbatória ou não), e sim pela incitação ao consumo e pela produção constante de um prazer regulado e quantificável. Aqui, entra-se, também, na nossa prévia discussão sobre o poder, que é também positivo e reforçador. No caso, quanto mais consumimos e quanto mais saudáveis formos, mais eficaz é o controle. Podemos chamar de

“tecnologias sexuais artificiais” ou de “próteses sexuais” os hormônios, o transplante de órgãos, as cirurgias, a internet, enfim, tudo que produz materialmente a ficção de gênero.

É possível pensar numa psicanálise dildética ao invés de, por exemplo, fállica? O que seria pensar isso e que psicanálise seria essa? Pensar em uma psicanálise dildética não está na associação com a noção de que a Psicanálise está atrasada e que precisaria de uma reforma para estar à seu tempo. Pensar a partir dessa enunciação é colocar a psicanálise numa posição passiva. Tudo o que vimos até aqui no trabalho está pautado na construção agenciada de mundo, isto é, com uma fabricação de agências que fabricam mundos. O que a psicanálise tem a ver com a era farmacopornográfica e com os processos neoliberais capitalísticos-semióticos-algorítmicos-técnicos? Ela se propaga nesse meio, é produzida e assentada, é fabricada e garantida também nesse contexto. Ela já não é a mesma desde Freud. O contexto mudou e, como num jogo de Jenga no qual ao tirar peças bases da estrutura outras vão tomando seu lugar para continuar dentro da expectativa do padrão, outras redes institucionais foram sendo criadas para manter-se enquanto um saber estruturado e instaurado. Num movimento análogo ao que Laqueur analisou sobre a geografia da instituição psicanalítica no contexto conflituoso entre a mudança de paradigma do MSU e o MDS, apresento aqui o mesmo perigo reformista de não se responsabilizar diretamente com o que se cria. De não destituir suas bases, de não bancar seus fracassos para uma ação micropolítica¹¹ ativa e positiva, mantendo-se apenas em uma ação micropolítica reativa e reformista. Pensar em uma psicanálise dildética está na criação da possibilidade de construir algo novo que ainda não está instaurado numa lente macro. É um desafio que contém uma resistência muito potencializada, porque é possível mas incessantemente capturado para voltar-se à norma.

O que implicaria pensar num corpo enquanto um sistema tecnovivo imerso em um sistema de relações poder? Por que há tanta resistência psicanalítica em transgredir o paradigma da diferença sexual? Essa recusa não estaria entrelaçada ao seu estatuto poderoso de produção do saber e, portanto, a seu espaço enquanto instituição? Não seria essa, então, uma posição ideológica e falsamente neutra? Poderia a psicanálise criar outros conceitos que não fossem de uma posição soberana de enunciação? Por que essas (e outras) são perguntas a serem ainda debatidas? Não deveriam ser pontos de partida?

Isso é ainda mais urgente a partir de nossa compreensão de que, desde os anos 50, após o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, com o avanço bioquímico e

¹¹ GUATTARI, Félix. Micropolítica como: pulsão e ética da pulsão, bússola ética do desejo, singular, resposta às afecções, sócios, pares. In: _____. *Revolução Molecular: Pulsões políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 173-226.

a midialização global, a epistemologia da diferença sexual está em crise, isto é, a atribuição binária dos sexos está cada vez mais tortuosa, conflituosa, impossível. Manter essa posição enquanto práxis clínica-teórica é, além de tudo, antitecnológico, estancando um discurso que ainda está em disputa, isto é, em criação, com possibilidades insurgentes borbulhando; ainda é um campo instituinte e portanto demasiadamente potente.

Aqui, novamente, ressalto que se trata de uma visão ciborguiana do conceito de tecnologia, uma que tensiona o limiar entre humano e não-humano, cultura e natureza, introduzida por Donna Haraway e trabalhada também por outros autores pós-estruturalistas, como Deleuze e Guattari (1988), que, assim como Preciado e Foucault, também redigem junto comigo este texto, ainda que não diretamente. De maneira alguma é uma visão cartesiana sobre a tecnologia, isto é, encará-la puramente como um acesso subalterno às tecnologias de produção de poder e conhecimento, como se ela estivesse já completamente capturada e não fosse possível se utilizar dela como ferramenta transgressora. Afirmar a relevância de uma práxis psicanalítica que destitui sua epistemologia para estar à altura de seu tempo, é começar a produzir espaços de escape, de novas produções e enunciações, que, assim como esse novo ciclo político, também estará ciente de sua posição de mutação tecnológica. Ou seja, é justamente porque nossos corpos são os novos territórios dessa novas células de biovigilância que retorna ainda mais urgentemente a implicação de se criar novas estratégias de emancipação subjetiva e de resistência, de se iniciar uma nova marcha sobre a hegemonia já cansada que nos atinge incessantemente.

Se há um turbilhão de produções de extrema contundência que flexionam as categorias de macho e fêmea, de homem e mulher, de homo e hétero, como não levar essas descobertas e nuances em consideração? Seria só para sustentar essa epistemologia falaciosa? Para além de movimentos sociais transfeministas, antirracistas, *queers*, novas formas de parentesco, relações amorosas, novas formas de pensar desejo, identidades (ou não) de gênero, novos dados morfológicos, bioquímicos e cromossômicos estão indicando uma intensa mutação e experimentação de uma nova epistemologia do corpo vivo, que em nada é confirmado pura e simplesmente pela anatomia. Sobre esse movimento anti-tecnológico frente às mutações mundanas, Preciado discorre:

A produção hiperbólica do discurso médico pós-guerra sobre gênero é o sinal de uma crise epistêmica: os intermináveis debates “natureza *versus* criação” que ocorreram entre 1950 e 1970 envolvendo John Money, David O. Cauldwell, Robert Stoller, Henry Benjamin, Richard Green ou Milton Diamond lembram-nos os truques do século XVI aplicados às esferas e aos epiciclos com o objetivo de manter a hegemonia do modelo astronômico geocêntrico. A proliferação do discurso clínico

sobre "hermafroditismo verdadeiro", "pseudo-hermafroditismo", "interssexualidade", "incongruências sexuais" e "*psychopathia trnsexuaila*", bem como a normatização médica das técnicas de reatribuição de sexo, mutilação genital de bebês interssexuais e reconstrução cirúrgica do gênero, tudo isso contribui nada mais do que medidas desesperadas (e violentas) para reforçar uma epistemologia abalada. (PRECIADO, 2008, p. 113).

Para uma psicanálise dildética, é de extrema importância enxergar precisamente a relação promíscua entre tecnologia e corpos, de modo a prestar atenção em como a tecnologia se faz corpo, partindo do pressuposto de que a tecnologia é o próprio meio pelo qual a corporeidade é fabricada.

A prótese não substitui somente um órgão ausente; é também a modificação e o desenvolvimento de um órgão vivo com ajuda de um suplemento tecnológico. Como a prótese do ouvido, o telefone permite a dois interlocutores distantes estabelecer comunicação. A televisão é uma prótese do olho e do ouvido que permite a um número indefinido de espectadores compartilharem uma experiência ao mesmo tempo comunitária e desencarnada. (PRECIADO, 2002, p. 164).

Em outras palavras a prótese, como um órgão, compõe uma situação relacional, criando comportamentos complexos de dependência com sistemas de comunicação, criando materialidade e subjetivação, ao ponto de nos sentirmos incapazes se não estivermos conectados a eles. É como se cada "órgão" tecnológico reinventasse uma "nova condição natural", na qual todos nós somos incapazes e que, por isso, precisa ser suprida. O implante da diferença sexual (ou, se quisermos, a "incorporação prostética da diferença sexual") é um dos exemplos dessa reinvenção. Assim como vimos em Butler, o sistema sexo/gênero é melancólico a todes, ao que acrescenta Preciado: "pênis e vaginas são ficções biopolíticas, reguladores ideais, que encontram seu suporte somático na subjetividade individual" (PRECIADO, 2008, p. 112).

6.3 Fragmentação psicanalítica enquanto corpo experimental

Agora, iremos abordar mais profundamente o que seria essa paródia somática de um sistema de comunicação, com o exemplo dos hormônios. Para isso, faremos uso de um relato-teoria, prática exercida através da política de experimentação de Preciado, no capítulo 7 "Devir T." de sua obra aqui já previamente referida, *Testo Junkie* (2008). Com uma ética estratégica, Preciado recorre ao corpo, num "princípio de autocobaia" (PRECIADO, 2008, p. x), para fabricar saídas criativas frente às violências estruturais, para experimentar as

produções culturais-semióticas-orgânicas em seu próprio sangue, como transformação política e também como um modo de produção de saber novo. Segue seu relato-teoria na íntegra:

Quando me aplico uma dose de gel de testosterona ou me injeto uma dose líquida, estou, na realidade, dando-me uma cadeia de significantes políticos que se materializam até adquirir a forma de uma molécula assimilável pelo meu corpo. O que tomo não é simplesmente o hormônio, a molécula, mas também o conceito de hormônio, uma série de signos, textos e discursos, o processo por meio do qual o hormônio foi sintetizado, a sequência técnica por meio da qual uma cadeia de moléculas cristalina, de carbono esteróide solúvel em óleo, e com ela um pedaço de história da modernidade. Eu me aplico uma série de transações econômicas, um conjunto de decisões farmacêuticas, de testes clínicos, de grupos de opinião e técnicas de gestão empresarial; conecto-me a uma rede barroca de intercâmbio e de fluxos econômicos e políticos que patenteiam a vida. Estou ligada pela T. à eletricidade, aos projetos de pesquisa genética, à hiperurbanização à destruição dos bosques da biosfera, à exploração farmacêutica de espécies vivas, à ovelha clonada Dolly, ao avanço do vírus Ebola, à mutação do HIV, às minas terrestres e à transmissão de informação via banda larga. Dessa forma, eu me transformo em um dos conectores somáticos através dos quais circula o poder, o desejo, a liberação, a submissão, o capital, o lixo e a rebelião.

Como corpo – e esse é o único ponto interessante sobre ser um sujeito-corpo, um sistema tecnovivo – sou a plataforma que torna possível a materialização da imaginação política. Sou minha própria cobaia em um experimento sobre os efeitos do aumento intencional do nível de testosterona no corpo de uma mulher cis. Instantaneamente, a testosterona me transforma em algo radicalmente diferente de uma mulher cis. Inclusive quando as mudanças provocadas por essa molécula são socialmente imperceptíveis. O rato de laboratório está se tornando humano. O ser humano está se tornando um roedor. E quanto a mim: nem garota-testo nem tecno-garoto. Sou um ponto de inserção de $C_{19}H_{28}O_2$ ¹². Sou, ao mesmo tempo, um terminal de um dos aparatos de governabilidade neoliberal e um ponto de fuga pelo qual escapa o poder controlador do sistema. Sou a molécula e o Estado, sou o rato de laboratório e o sujeito científico que leva a pesquisa adiante; sou o resíduo de um processo bioquímico. Sou o futuro ancestral comum para a elaboração de novas espécies em processos perpetuamente aleatórios de mutação e desvios genéticos. Eu sou T. (PRECIADO, 2008, p. 150-151).

Ao versar sobre seu corpo T. enquanto um conjunto de significantes políticos, decisões e transações, Preciado nos traz uma importante visão histórica inter-relacionada e interseccional sobre a constituição do corpo biológico enquanto uma interpolação tecnológica. Ao se autoaplicar testosterona sintética, o filósofo reconstitui sua corporalidade e a micropolítica de suas células, apoderando-se dessa biopolítica num processo somatecnicopolítico de criação de um novo corpo e uma nova subjetividade. A aplicação é feita tanto por biocódigos farmacêuticos, como a própria testosterona, quanto por biocódigos semióticos, isto é, pelo noção, por exemplo, de hormônio (série de signos, textos e discursos) em relação ao corpo no qual ele atua biologicamente e simbolicamente, com específicas possibilidades de existência produzidas – desde a fabricação da epistemologia da diferença

¹² estrutura química do hormônio testosterona.

sexual – que atravessam essa relação corpo-biocódigos. A testosterona não modifica o modo como os outros decodificam o gênero de certos corpos; não há biotecnologias de corpos diferentes, mas sistemas administrativos que organizam e administram seu acesso e uso.

Preciado relata que a testosterona produziu apenas mudanças externas sutis em seu corpo, mas extremamente reconhecíveis para a medicina tradicional dominante enquanto códigos masculinos, como barba, bigode, aumento de massa muscular aparente e mudança na voz. O autor diz que esse reconhecimento está muito mais relacionado às técnicas semióticas heterossexuais de feminilidade e masculinidade do que à testosterona. A testosterona não é masculinidade; não há como concluir que os efeitos da testosterona são masculinos, infere-se apenas que, até agora, seus efeitos foram propriedade exclusiva de homens cis. De certa forma, é também através do olhar científico médico, que não difere da psicanálise em termos de naturalização da diferença sexual, que “hominiza-se” a testosterona. Aqui, vale dizer que a diferença entre “cis” e “trans”, então, se dá a depender da resistência a norma, da consciência desses processos técnicos farmacopornográficos. Tanto cis quanto trans são tecnogêneros; técnicas fotográficas, biotecnológicas, cirúrgicas, farmacológicas, cinematográficas ou cibernéticas, que constroem a materialidade dos sexos performativamente (PRECIADO, 2008, p. 137).

Isso é indispensável pois sugere, portanto, que o regime normativo gênero e sexualidade (que também se soma aos atravessamentos raciais, de classe, de capacidade, etc) coexiste com as tecnologias para a produção desses mesmos nomes. Um corpo cis conserva todos os artefatos visuais, performativos e morfológicos atribuídos ao nascimento, enquanto um corpo trans se utiliza dessas mesmas tecnologias para modificar tal atribuição. Por exemplo: homens cis podem se autoadministrar um complemento hormonal à base de testosterona para aumentar rendimentos esportivos; uma mulher cis de sessenta anos pode descobrir que sua ingestão constante de doses de progesterona e estrogênio (pílula anticoncepcional) produziu uma insuficiência renal ou um câncer de mama. Entretanto, uma pessoa assinalada como mulher ao nascimento que se define como homem tem que passar por um exaustivo e extensivo protocolo de mudança de “sexo”, que lhe permitirá desenvolver barba, bigode e aumento de musculatura.

O consumo de testosterona, de estrogênio ou de progesterona não depende de construções culturais ideais de gênero que nos influenciarão: este consumo, juntamente com as outras ferramentas propagadas atualmente pela era farmacopornográfica, é exatamente a própria produção material de gênero. Preciado aponta que um dos resultados centrais dos estudos endocrinológicos, iniciados no século XX, será justamente um complemento do

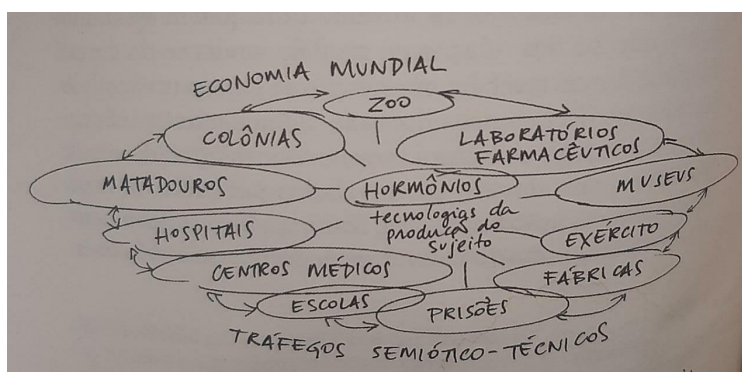
diagnóstico de feminilidade e masculinidade, ao lado dos já existentes, baseados na fisiologia e na genética.

Os hormônios [...] deixam de ter o status de moléculas para ganhar o de *pharmakon*, passando de silenciosas cadeias de carbono para se tornarem entidades biopolíticas que podem ser legalmente inseridas em um corpo humano de forma intencional e deliberada. Hormônios são bioartefatos feitos de cadeias de carbono, linguagem, imagens, capital e desejos coletivos. (PRECIADO, 2008, p. 180).

Inclusive, o próprio funcionamento paródico da pílula anticoncepcional, que reproduz tecnicamente os ritmos dos ciclos menstruais, simulando um “ciclo fisiológico normal” todo mês, pode ser representativo do que foi dito até aqui. A pílula seria uma “bio-drag”, em referência à cultura e às práticas de resistência *drag queens* e *drag kings*. Este processo seria a produção farmacopornográfica de ficções somáticas de feminilidade e de masculinidade (PRECIADO, 2008, p. 205). Como apresentado, a representação e a imitação técnica não estão restritas aos códigos de interpolação externa, mas se encontram, também, nos próprios processos biológicos, como no ciclo menstrual.

A pílula, enquanto um dispositivo performativo do regime farmacopornográfico, é também um exemplo simbólico para entender sua constante mudança, desde sua fabricação na década de 50, pois evoluiu de uma técnica de controle de natalidade eugenista e necropolítica para um programa de produção cosmética e de feminilidade. Digo eugenista e necropolítica, pois se sabe que a experimentação de manipulação hormonal era feita em grandes laboratórios farmacológicos biopolíticos, ou seja, ocorria apenas em corpos racializados e dissidentes, em grupos de pessoas provenientes de ou em situação de reclusão, como as que estavam no exército, na prisão, em hospitais psiquiátricos ou nos territórios colonizados no sul do globo, para assentar um discurso científico dominante. Preciado (2008) providencia um esquema dessa rede de relações:

Figura IV – Controle microprotético



Retirado de PRECIADO (2008, p. 172)

Ao entender a pílula também como um dispositivo de produção cosmética e de feminilidade, para além do que já tecemos até aqui, entram em jogo, cada vez mais nos dias de hoje, novas¹³ funções enquanto terapia para tratamento de acne e de hirsutismo (pelo corporal e facial), para aumentar o volume ou mudar a forma do seio, etc. Ou seja, concomitantemente ao deslocamento gradual do dispositivo somatopolítico em direção a essas novas técnicas farmacopornográficas, esses efeitos também começam a transmutar-se para continuar com seu estatuto disciplinador, visto que, também, efeitos adversos como câncer de mama são, muitas vezes, não declarados. Em outras palavras, há uma relação entre o regime sexopolítico do século XIX, tratado no primeiro capítulo, e os novos contornos do capitalismo farmacopornográfico. Por mais que já não através de uma continuidade rigorosa entre sexo, sexualidade e reprodução, há novas alianças e estratégias, novas ficções somáticas que continuam a assentar o disciplinamento da diferença sexual.

No contexto de um modelo sexopolítico farmacopornográfico de rápida extensão, em que um grande número de potenciais consumidores vê cada vez mais o acesso à produção molecular do seu gênero e de sua sexualidade modulada pelas flutuações do mercado farmacêutico, implantes e micropílula anunciam u novo tipo de heterossexualidade de alta tecnologia: a tecno-Barbie, eternamente jovem e supersexualizada, quase completamente infértil e sem menstruar mas sempre pronta para inseminação artificial e acompanhada de um supermacho estéril cujas ereções são tecnicamente produzidas por uma combinação de Viagra e códigos pornográficos audiovisuais emitidos por meio de canais digitais computadorizados. (PRECIADO, 2008, p. 235).

Quando Preciado diz que é, ao mesmo tempo, um dos aparatos de governabilidade neoliberal e um ponto de fuga, converge aqui nossa discussão acerca da potencialidade da tecnologia e do fato de esta não ser nada fechada em si mesma. O autor descreve sua transmutação enquanto “revolução molecular”, referenciando Félix Guattari no contexto de Maio de 1968¹⁴: estar atento às modificações estruturais ocasionadas por mudanças micropolíticas.

Não se trata de passar de mulher para homem ou de homem para mulher, mas de contaminar as bases moleculares da produção da diferença sexual, entendendo que estes dois estados do ser, homem e mulher, existem apenas como “ficções políticas”, como efeitos somáticos dos processos técnicos de normatização. Trata-se de uma questão de intervenção intencional neste processo de produção a fim de acabar com as formas viáveis de incorporação de gênero, de produzir uma nova plataforma

¹³ A Drospirenone, comercializada na Alemanha, promete diminuição da retenção de líquidos e perda de peso corporal devido às suas propriedades antimineral-corticoides. (PRECIADO, 2008, p.234)

¹⁴ Cf. GUATTARI, Félix. *La Révolution Moléculaire*. Paris, Recherches: 1988.

sexual e afetiva [...] T. é apenas um limiar, uma porta molecular, um devir entre multiplicidades. (PRECIADO, 2008, p. 153).

O que o filósofo compreende a partir de sua práxis de autoexperimentação (de fluídos codificados dentro das relações farmacopornográficas) é que, justamente, se não fosse o programa político prévio que interpreta a variação de testosterona no corpo em termos de masculinização, integralmente criando aí uma lógica de desejo de mudança de sexo e um corpo citacionalmente dissidente, aplicar testosterona não seria nada além de um devir molecular que, em suas palavras, “escapa o poder controlador do sistema”, num espaço possível de agenciamento político, de plataforma biopolítica que demarcaria novas estruturas de inteligibilidade cultural e de resistência crítica frente à normatização sexual e de gênero.

Ter percorrido um pouco sobre os hormônios é importante, neste trabalho, por dois motivos iniciais, que certamente irão desencadear em outros. Num primeiro momento, uma exemplificação de conceitos que estamos utilizando ao longo do capítulo – como “efeitos somáticos” ou como “masculinidade e a feminilidade podem ser suportes somáticos de uma subjetivação” – é indispensável. Então, adentrando um pouco mais no que isso pode territorializar, avança-se num saber preciso sobre a contemporaneidade, seus modos de produção e controle. Hoje, é necessário articular a noção de farmacopornografia a esse novo molde de aparelho psíquico somático, que leva em conta novas variantes tecnológicas digitais, farmacológicas, bioquímicas e prostéticas, ainda mais quando a psicanálise se coloca atualmente enquanto um vetor produtivo de sexualidade. Se, para Rubin, “o sexo é sempre político” (1984, p. 1), ela, junto com outros autores aqui trabalhados neste trabalho, nos incita a pensar sobre o “sexo”, a examinar o investimento nas narrativas realizadas nesse saber produzido sobre ele, fortemente atravessada e produzida por relações de poder.

Estamos apontando, desde o título do trabalho, que um projeto epistêmico é sempre econômico e político e, portanto, um vetor produtivo de sua reiteração. Uma gramática epistemológica possui, em sua escritura, produções de significantes e transmissões que assentam e performatizam discursos. A compreensão de que a própria epistemologia da diferença sexual fez parte de uma produção científica de formação e reiteração de uma norma que rege corpos, leis e subjetivações se dá no intuito de pensar uma atuação mais política das psicanálises, imersas neste dispositivo. Rever sua epistemologia é situar a Psicanálise enquanto um corpo autocobaia e tecnovivo, participativo da destituição dos “biocódigos de mãos particulares, dos tecnocratas e do complexo farmacopornô” (PRECIADO, 2008, p. 370).

Num processo talvez análogo ao de Freud, que de certa forma realizou, ao evocar um aparelho psíquico mais amplo do que a consciência e a métrica psiquiátrica, um despertar¹⁵, possibilitando novos horizontes para um olhar mais atento e mais articulado, a crise epistêmica é vital, produtiva.

Desse modo, finalizando e costurando tudo que foi desenvolvido até aqui, iremos nos re-debruçar na introdução, que se iniciou com a convocação de Preciado aos psicanalistas na jornada internacional da *Escola da Causa Freudiana* sobre o tema “Mulheres em psicanálise”, em 2019, para uma reiteração nova acerca do que se trata quando falamos de mutação ou transição, seja de gênero, seja de epistemologias, seja dos limites (ou confluências) entre humanos e não-humanos, cultura e natureza.

Fazer uma transição de gênero é inventar um arranjo molecular novo, seja com hormônio ou com outros biocódigos (códigos vivos). Estes códigos estão pulsando e atravessando o âmbito da experiência, podendo ser linguagens, músicas, formas, plantas, animais, relações, discursos relacionais, etc. Mutar-se é justamente eclipsar uma escritura materialmente já esgotada para que outra genealogia ascenda, uma que, nas palavras de Preciado, escape ao binarismo sexual e à estrutura patriarcal da linguagem. Conferir o status de fracasso a um molde não é algo terrível, impensável, monstruoso. Pelo contrário, sempre há, sim, outras possibilidades e, muitas vezes, transformações estão acompanhadas de dismantelamentos. Que possamos sair dessa relação axiomática, na qual o próprio princípio é a própria conclusão, e nos reapropriar de conotações ruins, mutando significantes para que estes estejam num devir criativo, em campos inventivos.

¹⁵ Preciado inclusive confere a Freud um estatuto de autocobaia com seu uso experimental de cocaína e seu estado então alterado de consciência: uma modificação do modo em que o eu está presente diante de si mesmo, o que permitiu a emergência de outras formas de percepção, de conhecimento e de ação. (PRECIADO, 2008, p. 371-381).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate entre gênero e Psicanálise precisa transicionar. As exauridas discussões que não partem de lugares novos e não vão a lugar algum escancaram não só o corpo biológico cansado dessas movimentações, como também suas violências estruturadas que, além de serem, muitas vezes, transfóbicas, são extremamente violentas com elas mesmas, ao estancar um discurso e uma materialidade teórica inventiva, potente e responsável por movimentações no contexto em que se insere.

Gostaria de finalizar o trabalho voltando ao seu início, ao ponto de inspiração para ter resolvido adentrar formalmente dentro dessa discussão sobre gênero e psicanálise, que atravessa meu corpo desde o início de minha formação, com minhas inquietações, minhas percepções destoantes, meus encontros com estudos dissidentes e suas potências discursivas com enquadramentos ampliados, despatologizantes, despidas dos códigos normativos que constituem as nomenclaturas, as teorias, enfim, toda gramática que escreve e prescreve modos de existência.

Se Butler entendeu ou não Lacan, se a diferença sexual é ou não sobre sexo, se é ou não possível de ser simbolizada, se o simbólico é ou não a mesma coisa que a norma cisheteronormativa, se o falo é ou não é uma linguagem patriarcal...

Essas discussões que são postas ao extremo da academia brasileira de psicanálise congelam e mistificam o fato de que há uma suficiência teórica que consegue, com muitos anos de estudos, em uma relação extremamente desenvolvimentista, compreender questões protéticas do gênero e suas reivindicações sociais nos dias de hoje. A quantidade de pessoas que lêem, por exemplo, Judith Butler, e recebem notoriedade, só para, depois de centenas de páginas, dizer que, no fim das contas, não entendeu a psicanálise, Freud ou Lacan é gritante, em comparação a trabalhos trans sobre psicologia e trans-identidades ou trans-nãoidentidades que de fato tentam partir dessas convocações. Se eu tivesse realizado um trabalho etnográfico delimitando esses trabalhos, com suas transfobias mascaradas de uma cisgeneridade aliada, talvez ter escrito depois este trabalho teria sido mais fácil, no tocante à minha experiência frente às autoridades institucionais. Como avisei no começo, foi um processo complicado, às vezes impossibilitado, pela não reverência usual às bases estruturais de um discurso já assentado dentro de uma normatividade. Eu preferi constituir um espaço para além disso, potente de uma formação gramatical nova de discurso, que me levasse à oportunidades de pensar novas perguntas. Foi uma desobediência epistemológica e institucional atenta às suas tensões para eu não me aprisionar, buscando criação e outras transfigurações.

Não teci esse “feijão com arroz” etnográfico e, por mais que enxergue sua importância, já o fiz ao longo de minha graduação. Não queria ter que me fixar nele, queria expandir-me para novas direções. Por isso, a minha escolha de tecer um trabalho tangencial a esse debate, com um distanciamento necessário, para que pudesse mergulhar em vias que antes não me foram possíveis. Como explicitado na metodologia, seria uma pesquisa infinda, justamente por se tratar de um fluxo, uma inquietação, e não uma nova estabilidade. Há novas conexões possíveis de serem formadas? Há novas redes? Novas perguntas? Que escuta é impulsionada pela instabilização?

Parti, nesse trabalho, de uma descentralização de Freud e Lacan, do pressuposto de que outros campos teóricos estão muito mais avançados e animados na transmutação dessa lente histórica que discute gênero. E isso não quer dizer que são completamente obsoletos, mas que talvez não possuam a sagacidade que o agora está convocando, que são muitas vezes canônicos, impossibilitando novos instrumentos de tecerem uma escuta. Volto a dizer que tanto Freud quanto Lacan são sujeitos historicizados. O que tentei trazer nessa travessia é demonstrar que a psicanálise nem precisaria estar produzindo pesquisas/conhecimento sobre gênero se não tivesse, em suas bases, um dos dispositivos da generificação patriarcal.

Vimos em Laqueur que a psicanálise funciona dentro dessa epistemologia da diferença sexual, enquanto condição interna da teoria psicanalítica da sexualidade. Em Butler, percebemos o quanto a psicanálise foi fundamental para a fabricação de subjetivações “femininas e masculinas”, além de sistemáticas “heterossexuais e homossexuais”, eixos indispensáveis para o regime patriarco-colonial. A ferramenta foucaultiana nos foi essencial para compreender que o corpo não é um organismo biológico sobre qual o poder atua e que a própria tarefa de ação política é fabricar um corpo funcional, no qual administram-se a vida e a morte das populações, definindo seus modos de reprodução, prefigurando modalidades discursivas, performativas e ficcionais até o ponto em que esse corpo diga “eu”, performando, como Butler nos relembra (1990, p. 200), uma paródia que se faz pela própria ideia de um original, uma “imitação sem origem”. Não há política que não seja política de corpos. Em Preciado, iniciamos um processo de construção de uma outra genealogia sexual a partir da farmacopornografia que atravessa o mundo contemporâneo, não regida apenas pelas codificações dos séculos XIX e XX. E, em todos os autores que trabalhamos, não há um esgotamento corporal; isto é, são autores que apontam para uma política de resistência, que buscam campos de fuga, estratégias novas, constantes autocríticas e mutações. Produzem positivities, redes de movimento, descentralizações, outros corpos, estes tecno-vivos.

Escolhendo não tecer críticas frontalmente a comentadores dentro desse cansado debate, compreendi algumas coisas. Pelo meu panorama geral prévio à realização deste trabalho, apostar numa transgressão que não os nomeia e que parta da nomeação dos autores escolhidos, outros pontos foram erupcionados, possivelmente interessantes para uma maior criatividade teórica. Talvez não se trate de mais debates sobre esse tema a partir de seus fundadores, ou seja, de uma pesquisa infinita mas fixa sobre conceitos já formalizados; trata-se de compreender que a estrutura generificada existe dentro da estrutura psicanalítica e portanto, mesmo em mesas redondas para discutir o “assunto do momento”, a generificação continua a ser transmitida, reiterada, produzida. Butler, por exemplo, em seu uso fragmentário da Psicanálise, possibilita que outras portas se abram.

O que a psicanálise precisa é de uma responsabilização diante dessas estruturas de violência que ela ajudou a produzir e continua a fabricar. Pensar a ideia de gramática, que tanto aponte, é uma aposta de caminho, justamente porque significa pensar em enquadramentos que se deram ao longo do tempo e a constante enunciação para garantir essa normativa. Numa transição somática de um discurso, talvez possam emergir novas produções, reorganizando novas descrições de corpos e sexualidades. Conceitos repetidos – como falta, Édipo, falo –, são conceitos produzidos na medida em que são suscitados, pois, como vimos, funcionam enquanto metáforas performativas. E são axiomas. Minha aposta é que a psicanálise pode facilmente se manter sem eles – inclusive, ao meu ver, é uma urgência. Para a psicanálise manter sua vitalidade, o campo precisa se responsabilizar pela própria produção de sua gramática violenta que se reitera.

Ao não ter adentrado no aspecto mais etnográfico das produções sobre “gênero e psicanálise” aqui no Brasil, sinto que penarei meus leitores. E isso é, com certeza, uma consideração final que me incomoda, um limite do trabalho. Justamente por conta da burocracia acadêmica e das tensões específicas à instituição psicanalítica, ao escrever um trabalho sobre gênero e psicanálise partindo de uma epistemologia outra, me desloquei para um espaço mais crítico onde muitos irão imediatamente não se engajar na leitura ou pressupor que eu não me inteirei da literatura sobre o assunto. Foi uma escolha através da qual elegi começar pelas ramificações, ao invés de dar protagonismo ao discurso que iria criticar.

Vislumbrou-se o, com a realização desse trabalho, um futuro potente que acredito ser pulsante dentro do campo, a partir de uma queda/quebra estrutural, para novas redes se formarem, invertendo a forma como se transmite o gênero por ela, trazendo a estrutura cis para o debate. Qual o lugar da cisgeneridade na teoria, na transmissão e na formação analítica?

O que foi guarnecido nesses meses foi o estatuto artificial da diferença sexual, que vive ainda enquanto paradigma, para que daqui, como rizoma, pulsem outras cartografias do terreno psíquico e cultural.

Para finalizar, trago uma última epígrafe-texto, que norteou o trabalho enquanto presença e afeto:

“É a mutação existencial coletiva que terá a última palavra!”

Félix Guattari (1992, p. 12)

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia; PEIXOTO JÚNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu* [online]. 2007, n. 28. Acesso em 04 de Abril de 2022 , pp. 129-147. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100007>>.

AYOUC, Thamy. Quem tem medo dos saberes T.? Psicanálise, estudos transgêneros, saberes situados. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 3-6, maio/out. 2016.

AYOUC, Thamy. Da transsexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percursos*, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 2015, Exigências da clínica e da cultura à psicanálise, pp. 23-32.

BUTLER, Judith. *Corpos que Importam: Os limites discursivos do "sexo"*. 1. ed. [S. l.]: N-1 Edições, 1996.

BUTLER, Judith. Sexual Traffic. Interview. In: WEED, Elisabeth; SCHOR, Nomi. *Feminism Meets Queer Theory*. Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 1997, pp. 157-209. [Traduzido neste número dos *cadernos pagu*]

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 18. ed. [S. l.: s. n.], 2019.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* 1991. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs - vol. 1: capitalismo e esquizofrenia*. 1988. Editora 34, 1995.

DELOUYA, D. (2003). A bissexualidade no eixo da escuta psicanalítica: considerações teóricas acerca da clínica. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 6(2), 205-214. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1516-14982003000200002>>. Acesso em: 16 de nov. de 2021.

FAVERO, Sofia. *Crianças Trans: infâncias possíveis*. 1. ed: Devires, 2020.

FAVERO, Sofia. *Pajubá-Terapia: Ensaio sobre a cisnorma*. 1. ed. [S. l.]: Nemesis, 2020

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade de saber*. 10. ed. [S. l.]: Paz & Terra, 1975-1984. v. 23.

FREUD, S. O eu e o Id (1923). In: _____. *O eu e o Id, uma Neurose Demoníaca do século XVII e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. *Obras Incompletas: Neurose, Psicose, Perversão* [S. l.: s. n.], 2016. v. 5.

GARCIA-ROZA, L.A. *Pesquisa de tipo teórico*. Psicanálise e universidade. pp. 9-32, 1991.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: Pulsões políticas do desejo*. Tradução: Suely Rolnik, São Paulo: Brasiliense, 1977.

HARAWAY, D. *Saberes localizados*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, 1995.

IRIGARAY, L. (1984). *Speculum of the Other Woman* (G. C. Gill, Trad.) Ithaca: Cornell University Press. (Trabalho original publicado em 1974).

LACAN, Jacques. *O SEMINÁRIO 18: de um discurso que não fosse do semblante*. [S. l.]: Zahar, 1971.

SEDES (Brasil). Equipe editorial do boletim online. Política da psicanálise: ENTRE UNS E OUTROS, FICAMOS COM TODOS. *Boletim Online*, Jornal digital, n. 53, p. inteiro, 1 abr. 2020. Disponível em:

<http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/index.php?apg=b_visor&pub=53&ordem=7>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas* [online]. 2011, v. 19, n. 1, pp. 11-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>>. Acesso em: 16 de março de 2022.

PORCHAT, Patricia; OFSIANY, Maria Caroline. Quem habita o corpo trans?. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 1, e57698, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100217&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

PORCHAT, Patricia. Tópicos e desafios para uma psicanálise queer. In: Teixeira Filho, F. S. et al. *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea*. Cuiabá: EDFMT, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912014000100008> Acesso em: 29 de novembro de 2021.

ROLNIK, Suely; GUATARRI, Félix. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4. ed. [S. l.]: Petrópolis, 1996.

RUBIN, Gayle. *Políticas do Sexo: Coleção Argonautas*. [S. l.]: UBU, 2018. v. 1.